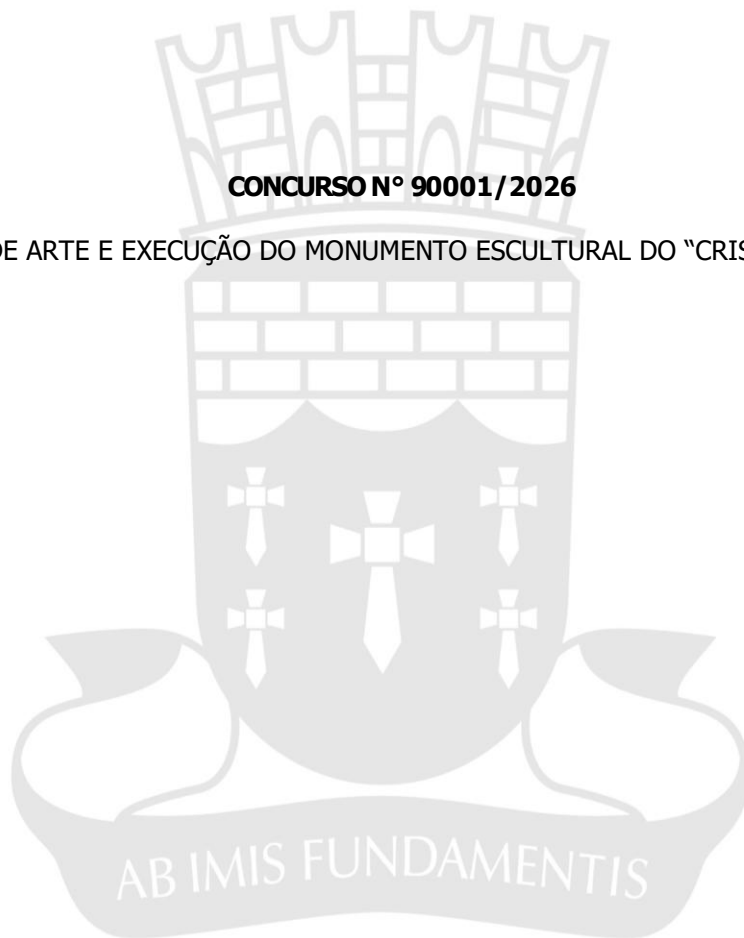




CONCURSO Nº 90001/2026

SELEÇÃO DE OBRA DE ARTE E EXECUÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL DO "CRISTO REI" DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONCURSO Nº 90001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020.2026.SECOP

MODALIDADE: CONCURSO ELETRÔNICO.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais)

OBJETO: SELEÇÃO DE OBRA DE ARTE E EXECUÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL DO "CRISTO REI" DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 27/04/2026 ÀS 08:00H (horário de Brasília)

LOCAL DO CERTAME: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MELHOR CONTEÚDO ARTÍSTICO

MODO DE DISPUTA: FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - 981975

AVENIDA JOCA CLAUDINO, S/N - TANCREDO NEVES- CENTRO ADMINISTRATIVO - CAJAZEIRAS – PB - CEP: 58900-000 - E-mail: secop@cajazeiras.pb.gov.br

A **Prefeitura Municipal de Cajazeiras**, com sede na Rua Juvêncio Carneiro, Nº 253 Centro, CEP: 58900-000, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, às 08:00 do dia 27 de abril de 2026, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade **Concurso**, na forma **eletrônica**, com modo de disputa aberto, com critério de julgamento melhor conteúdo artístico; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 6.204, de 05 de Setembro de 2007 e Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital tem a finalidade de promover um concurso para SELEÇÃO DE OBRA DE ARTE E EXECUÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL DO "CRISTO REI" DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O objeto do edital agrange a seleção do projeto vencedor do certame e a posterior execução e instalação do monumento no local indicado pela Prefeitura Municipal de Cajazeiras.

2. SOBRE O SIMBOLO "CRISTO REI"

2.1. A cidade de Cajazeiras, reconhecida historicamente como a "Terra que ensinou a Paraíba a ler", carrega em sua identidade valores profundamente ligados à fé, à cultura, à educação e ao desenvolvimento humano. Ao longo de sua trajetória, o município consolidou-se como um importante polo religioso, social e cultural do sertão paraibano, onde a espiritualidade se manifesta como elemento de união, esperança e pertencimento coletivo.

2.2. Neste contexto, a Prefeitura Municipal de Cajazeiras propõe a criação de uma nova obra monumental representando o Cristo Rei, que substituirá a atual escultura existente por uma nova estrutura artística com aproximadamente 20 metros de altura, assumindo papel de destaque na paisagem urbana e simbólica da cidade.

2.3. A nova obra deverá transcender a função escultórica tradicional, constituindo-se como um marco arquitetônico, artístico e espiritual, capaz de dialogar com o território, com a população local e com os



visitantes. Espera-se que o Cristo Rei represente não apenas a fé cristã, mas também valores universais como acolhimento, proteção, paz, esperança, justiça social e elevação espiritual, refletindo o sentimento coletivo do povo cajazeirense.

2.4. Os artistas participantes são convidados a desenvolver propostas que unam criatividade, identidade cultural, inovação estética e respeito à simbologia religiosa, considerando a escala monumental da obra e seu impacto visual, paisagístico e turístico. A escultura deverá estabelecer uma relação harmoniosa com o espaço onde será implantada, valorizando o entorno e tornando-se um ponto de contemplação, visitação e referência para a cidade.

2.5. Mais do que substituir uma estrutura existente, o presente concurso propõe a criação de um novo símbolo para Cajazeiras, uma obra que represente o olhar da cidade para o futuro, sem perder suas raízes históricas e espirituais. Um Cristo que, do alto, dialogue com o sertão, com o povo e com a memória coletiva, reafirmando Cajazeiras como um território de fé, cultura e identidade.

2.6. A contratação pretendida justifica-se pela necessidade de revitalização e requalificação de um espaço simbólico e estratégico para o Município de Cajazeiras, qual seja, o Morro do Cristo Rei.

2.7. O monumento existente, em razão da ação do tempo e da ausência de intervenções estruturais adequadas ao longo dos anos, encontra-se visivelmente deteriorado, colocando em risco sua função cultural, turística e simbólica.

2.8. A construção de uma nova imagem do Cristo Rei, mediante procedimento licitatório que possibilite a seleção da melhor proposta técnica e artística, representa uma iniciativa alinhada ao interesse público, à valorização do patrimônio cultural e ao fortalecimento do turismo religioso e cultural local.

2.9. A história do "Cristo Rei" do município de Cajazeiras, portanto, merece ser contada, registrada e celebrada.

3. CARACTERÍSTICAS DA OBRA DE ARTE

3.1. A obra proposta deverá apresentar material que garanta a alta durabilidade e resistência às intempéries, especialmente por estar localizado ao ar livre. Além disso, devem ser priorizados materiais sustentáveis, que facilitem a manutenção ao longo do tempo. Os elementos escultóricos do monumento devem dialogar harmoniosamente com o ambiente em que serão instalados. O projeto deverá evidenciar como a obra de arte se integra com o entorno e como sua presença no espaço contribui para a ativação das ideias e reflexões propostas para o monumento.

3.2. A segurança deve ser uma preocupação central no desenvolvimento do projeto, uma vez que a obra de arte estará em um espaço aberto ao público, acessível a crianças, idosos, cadeirantes e demais pessoas com deficiência. Como os visitantes poderão se aproximar do monumento, é necessário evitar elementos que possam representar riscos, como superfícies cortantes, pontiagudas ou escorregadias, bem como partes soltas ou elementos que possam se desprender.

3.3. O projeto também deverá atender às dimensões compatíveis com o local de instalação;

3.4. A obra deverá ser instalada sobre uma base de concreto pr-e-moldada já existente no local, com as seguintes especificações:

3.4.1. **Base fixa pré-instalada:** 5 m × 5 m × 5 m (comprimento × largura × altura);

3.4.2. **Altura mínima da Escultura:** 20 metros a contar da base.

3.5. Além disso, o projeto deverá conter todos os desenhos, detalhes e informações técnicas necessárias para a correta execução do monumento artístico.



3.6. A materialidade poderá contemplar qualquer material que tenha alta durabilidade, baixa manutenção e baixo custo.

3.7. O proponente contemplado irá ceder gratuitamente os direitos patrimoniais da obra, inclusive do projeto, por meio de Termo de Contrato de Cessão de Uso de Direitos Patrimoniais da Obra de do Projeto (ANEXO V).

3.8. A proposta de execução da obra de arte deverá, além das informações e dos documentos previstos no item 4 deste Edital, ser acompanhada de orçamento cujo limite máximo será de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste concurso os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e desenvolva-se no território da Paraíba (Art. 49, § 3º da LC 123/2006 e Art. 5º, III, da Lei Municipal nº 3.197/2025).

4.2. É vedada a participação, neste concurso, de integrantes da comissão julgadora e de servidores (ocupantes de cargos efetivos ou em comissão) da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, bem como de seus cônjuges, ascendentes, descendentes em qualquer grau e colaterais até o 3º grau.

4.3. Não poderão disputar esta licitação:

4.3.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

4.3.3 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.6 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.7 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.4. O impedimento de que trata o item 4.3.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição



a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5. A vedação de que trata o item 4.3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. INSCRIÇÕES E APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO

5.1. As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas, no prazo de 35 (trinta) dias úteis, por meio eletrônico Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. A documentação bem como a proposta devem ser enviadas em formato PDF com o tamanho máximo de 30 MB, abrangendo tanto o projeto expográfico quanto a do memorial em um único documento.

5.2. Não serão recebidas inscrições realizadas por meio distinto do sistema, que serão consideradas como não realizadas.

5.3. É de inteira responsabilidade do proponente a realização da inscrição dentro do prazo estabelecido, sob pena de não recebimento da mesma.

5.4. O anonimato dos concorrentes para os demais participantes será assegurado em todas as etapas deste concurso até a divulgação oficial do resultado.

5.5. A participação neste concurso implica na leitura, cumprimento e aceitação integral do estabelecido neste ETP, e em seus anexos.

5.6. A efetivação da inscrição implica a automática e total concordância por parte do proponente com os termos deste Edital.

5.7. No presente Edital, o proponente poderá inscrever apenas 01 (um) projeto, de acordo com os documentos obrigatórios indicados neste Edital.

5.7.1. No caso de o proponente apresentar dois ou mais projetos, apenas será analisado o primeiro projeto apresentado, sendo indeferidos os demais projetos.

Memorial Descritivo da Proposta de Escultura

5.8. A proposta deve estar balizada nos seguintes pilares conceituais: pluralidade cultural; multidisciplinaridade e multilinguagens artísticas; inovação artística; acessibilidade universal; redenção e elevação espiritual; solidariedade comunitária; valorização da fé e tradição; e valorização das boas práticas de preservação patrimonial e integração urbana.

5.9. Conceito da obra: Descrever um breve resumo sobre o projeto elaborado, apresentando os pontos principais para o entendimento do conceito da obra de arte e sua justificativa; Discorrer sobre o embasamento teórico do projeto, referências conceituais, entre outros dados considerados relevantes.

5.10. Apresentar Plano de manutenção e conservação da escultura de acordo com a(s) técnica(s) e material(is).

5.11. Apresentação por parte da concorrente de cronograma de execução detalhada das etapas do projeto, com prazos específicos para cada fase.

Projeto da Escultura

5.12. Título do Projeto: Nome da Obra de Arte.



5.13. Representação gráfica (plantas e elevações) em escala da implantação da obra com informações completas sobre dimensões, peso, materiais, cores, elementos complementares e inscrições, considerando o local designado para a sua instalação;

5.14. Fotomontagem da peça no local designado para a sua instalação, com proporção real.

Cronograma de Execução

5.15. Planilha Orçamentária: indicando os custos relativos à mão de obra, materiais, equipamentos, seguro, transporte, serviços especializados, encargos trabalhistas, entre outros itens pertinentes ao projeto divididos por fase de execução.

5.15.1. O concorrente deve levar em consideração que são de sua responsabilidade os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e financeiros, bem como as demais obrigações contratuais ou legais decorrentes da elaboração e de qualquer outra espécie que se refira a sua obra e execução, inclusive, mas não somente, advindas de utilização de direitos autorais ou patrimoniais.

5.16. Cronograma físico-financeiro: mostrando o que será feito, quando será feito, e quanto custará em cada etapa, permitindo o controle do progresso e do orçamento.

5.16.1. O prazo máximo para a entrega final da escultura deverá ser de 240 (duzentos e quarenta) dias a contar da assinatura do contrato.

Outros documentos

5.17. Portfólio do proponente: currículo, fotos, matérias divulgadas e histórico de atuação.

5.18. Plano de Acessibilidade: proposta detalhada com medidas para garantir a acessibilidade física do projeto.

5.19. Carta de anuência de todos os artistas, empresas, coletivos e demais agentes culturais envolvidos nos projetos.

5.20. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa/artista deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.21. Os serviços serão prestados no topo do morro do Bairro Cristo Rei - Cajazeiras/PB das 7h às 18h.

5.22. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.22.1. Equipamento de Proteção Individual

5.22.2. Materiais de durabilidade para área externas, resistentes a intempéries.

5.22.3. Materiais preferencialmente sustentáveis de pouco impacto ao meio ambiente

5.22.4. Materiais que dialoguem de maneira harmoniosa com a arquitetura do monumento, respeitando suas características históricas e arquitetônicas. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.23. O prazo para garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



5.24. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.24.1. Capacitar a equipe do Prefeitura Municipal e equipe terceirizada para realizar a manutenção adequada do monumento;

5.24.2. Garantias técnicas ou de suporte de pelo menos seis meses para quaisquer eventuais danos ao monumento;

5.24.3. Elaboração e entrega de um Manual de Manutenção com especificações técnicas, medidas, cores, informações sobre limpeza, substâncias que podem ser usadas na superfície do monumento bem como outras informações pertinentes para a manutenção e longevidade da obra, permitindo a autonomia da Prefeitura Municipal para a realização de reparos e manutenção.

5.25. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

5.26. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante vencedor, quando solicitado.

5.27. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.28. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.29. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.30. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.30.1. Do valor total do prêmio a ser pago, o Município de Cajazeiras fará a retenção do imposto de renda e outros tributos, acaso devidos, de acordo com os limites previstos na legislação em vigor, para posterior recolhimento.

5.31. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.31.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.32. Será adotado o modo de disputa **FECHADO**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 12.3 deste Edital.



6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1. SICAF; e

6.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.6.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.9. Serão esclassificadas as propostas que:

6.9.1. contiverem vícios insanáveis;

6.9.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.9.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.9.4. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.10. Na avaliação de conformidade das propostas técnica deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A



planilha poderá ser ajustada pelo participante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA COMISSÃO JULGADORA

7.1. A seleção dos projetos será feita por uma COMISSÃO JULGADORA, que será composta por, no mínimo, 3 (três) membros de reconhecida idoneidade e notório conhecimento na área cultural ou artística pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, um dos quais presidirá a Comissão, sendo preferencialmente, composta por membros da Secretaria de Cultura e Secretaria de Planejamento.

7.2. A COMISSÃO JULGADORA analisará e selecionará os Projetos Técnicos dos proponentes inscritos no presente processo, e procederá com o julgamento dos mesmos, segundo os critérios estabelecidos no item 6.9 do Estudo Técnico Preliminar, registrando em Ata a sua decisão acerca da seleção dos projetos.

7.3. A COMISSÃO JULGADORA será responsável, também, pelo acompanhamento e supervisão do desenvolvimento do projeto de execução e montagem da obra, juntamente com Arquiteto ou Engenheiro designados pela Prefeitura Municipal.

7.4. Será vedado a qualquer membro da COMISSÃO JULGADORA designar ou nomear procurador para a realização dos trabalhos de seleção e julgamento das propostas concorrentes ao presente processo.

7.5. Os membros da COMISSÃO JULGADORA não terão nenhum tipo de remuneração.

7.6. Fica reservado o direito à COMISSÃO JULGADORA, na hipótese de não haver projeto concorrente com qualidade técnica artística suficiente, ou seja, nenhum tenha atingido a pontuação mínima de 60 pontos ou pontuação 0 (zero) em qualquer dos critérios, de não contemplar nenhum dos projetos.

7.7. A COMISSÃO JULGADORA decidirá acerca do mérito cultural e artístico dos projetos concorrentes, escolhendo os melhores segundo os critérios de seleção previstos no item 6.9 do Estudo Técnico Preliminar.

7.8. Em caso de empate, a COMISSÃO JULGADORA procederá ao desempate, considerando os critérios definidos no item 8.3 do presente edital.

7.9. A COMISSÃO JULGADORA indicará, além do projeto selecionado, também os projetos considerados "suplentes".

7.9.1. Para se classificarem como suplentes, os projetos precisarão obter a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos para seleção dos projetos concorrentes.



7.9.2. Os projetos considerados “suplentes” serão contratados em caso de perda do direito de contratação pelo projeto selecionado, ou na hipótese do proponente contemplado não comparecer para assinar o Termo de Compromisso, ou se recusar a fazê-lo.

7.10. O resultado preliminar da seleção do projeto, apurado pela COMISSÃO JULGADORA, consignado em Ata, com indicação do nome do proponente e título do projeto, será publicado no Diário Oficial do Município.

7.11. Das decisões poderá ser interposto Recurso à COMISSÃO JULGADORA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação do resultado da seleção.

7.12. O Recurso será avaliado pela COMISSÃO JULGADORA e respondido através de Ata, publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado no Portal da Transparência: <https://www.cajazeiras.pb.gov.br/> no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do prazo de recebimento do Recurso. A decisão, neste caso, terá caráter definitivo e não será objeto de reexame.

7.13. O resultado final da seleção de projeto, com indicação do nome dos proponentes e títulos dos projetos, será publicado no Diário Oficial do Município.

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1. O Prêmio será concedido analisando-se os critérios de mérito cultural e capacidade técnica do projeto, conforme segue:

CRITÉRIOS DE MÉRITO CULTURAL	PONTUAÇÃO (Poderão ser usadas até duas casas após a vírgula)
A – Qualidade, originalidade, relevância e inovação do projeto: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Conteúdo relevante, clareza e coerência (0 a 10);• Contribuição de projeto na experimentação estética, originalidade e inovação para os processos de criação artística no âmbito das artes visuais (0 a 10);• Capacidade de preencher lacuna ou carência constatada na área (0 a 5);• Singularidade e autenticidade da proposta, em qualquer eixo proposto (0a 5).	Total de 30 pontos
B – Adequação Técnica: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Adequação do projeto em relação ao aspecto conceitual do Edital (0 a 10);• Adequação do projeto em relação à materialidade e sua coerência na aplicação (0 a 10);• Metodologia clara de executabilidade e montagem (0 a 5);• Detalhamento e adequação da proposta apresentada (0 a 5).	Total de 30 pontos
C – Potencial de impacto no cenário artístico e cultural e efeito multiplicador: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Proposta de interesse público (0 a 5);• Capacidade de contribuir para o desenvolvimento (0 a 5).	Total de 10 pontos
D – Acessibilidade do projeto ao público: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Projeto com ações de acessibilidade do conteúdo para compreensão de qualquer pessoa, independente de condição física, comunicacional ou intelectual (0 a 5);• Projeto com planejamento de sua divulgação, visando maior participação (0 a 5)	Total de 10 pontos
E – Adequação da proposta orçamentária e viabilidade do projeto: Aspector norteadores	Total de 10 pontos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

<ul style="list-style-type: none">Proposta orçamentária contemplando todas as ações previstas, com todos os itens de despesa do projeto (0 a 5);Proposta coerente com indicação adequada em relação a monumentação e previsão de vida útil (0 a 5).	
F – Potencial de realização do proponente e da equipe envolvida no projeto: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">Proponente apresentou informações e documentos que demonstram capacidade e experiência para realizar com êxito a proposta (0 a 5)	Total de 5 pontos
G – Endereço do Artista (pontuação não cumulativa: 3 a 5 pontos) <ul style="list-style-type: none">Residente no Estado da Paraíba – 3 pontos;Residente na Microrregião de Cajazeiras/PB – 4 pontos;Residente na Cidade de Cajazeiras/PB – 5 pontos.	Total de 5 pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA	100 pontos

8.2. A pontuação final dos projetos advém da **MAIOR NOTA** do somatório entre as notas obtidas em cada um dos critérios, podendo o projeto alcançar a nota máxima de 100 pontos, sendo analisada por pelo menos três membros da comissão julgadora.

8.3. Em situação de empate entre a nota final dos projetos, o desempate seguirá a seguinte ordem de pontuação:

- 8.3.1. Maior pontuação no critério A;
- 8.3.2. Maior pontuação no critério B;
- 8.3.3. Maior pontuação no critério C;
- 8.3.4. Maior pontuação no critério D;
- 8.3.5. Maior pontuação no critério E;
- 8.3.6. Maior pontuação no critério F;
- 8.3.7. Maior pontuação no critério G;

8.4. Caso persista o empate, caberá à Comissão Julgadora de seleção, por maioria absoluta, estabelecer o desempate.

8.5. Os projetos cuja pontuação em qualquer dos critérios seja 0 (zero) pontos, serão desclassificados.

8.6. Os projetos cuja pontuação total seja inferior a 60 (sessenta) pontos, será desclassificada.

9. DA PREMIAÇÃO

9.1. A Prefeitura Municipal de Cajazeiras custeará a concepção da obra de arte vencedora do concurso, que estão incluídos a execução e instalação do monumento, até o valor bruto máximo de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

9.2. Sobre os valores do custeio da execução da obra e da premiação incidirão os tributos legalmente previstos.

9.3. O pagamento da premiação será efetuado na forma parcelada, conforme estabelecida no item 8.3 do Estudo Técnico Preliminar e indicação a seguir:

Etapas do pagamento do prêmio		
Assinatura do contrato	R\$ 250.000,00	Maior de 2026



Entrega de relatório técnico executivo detalhado e prestação de contas parcial	R\$ 200.000,00	Outubro de 2026
Entrega final:	R\$ 100.000,00	Janeiro de 2027

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração.

10.3. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

10.3.1. Durante o período mínimo de 35 (trinta e cinco) dias destinados à elaboração das propostas para o concurso público, os Proponentes terão a oportunidade de visitar o local onde será instalado o projeto, mediante agendamento prévio.

10.3.2. As visitas ao local deverão ser agendadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, por meio de solicitação enviada por e-mail: secult@cajazeiras.pb.gov.br e o agendamento estará sujeito à disponibilidade, devendo ser confirmado pela Entidade Coordenadora do concurso.

10.3.3. Caso o Proponente opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal (ANEXO IV) assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.4. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

10.5. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de



Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente, conforme lista de suplentes, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.4.1.

10.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.10. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.6. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas selecionadas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo e do local indicado não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. As infrações administrativas e sanções estão detalhadas no Item 7 do Termo de Referência.

14. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: secop@cajazeiras.gov.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cajazeiras.pb.gov.br/> e <https://tce.pb.gov.br/>.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;
 - 15.11.2. ANEXO II – Formulário de Inscrição;
 - 15.11.3. ANEXO III – Declaração de Participação;
 - 15.11.4. ANEXO IV – Declaração de Vistoria;
 - 15.11.5. ANEXO V – Minuta de Cessão de Uso de Direitos Patrimoniais;
 - 15.11.6. ANEXO VI – Minuta de Contrato;

Cajazeiras-PB, 02 de março de 2026.

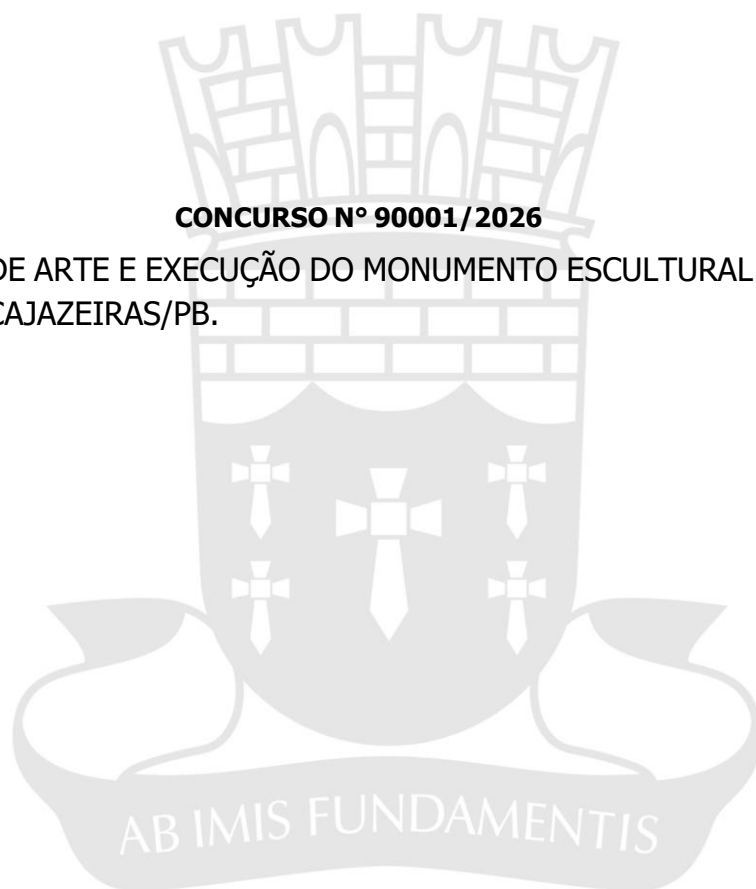
MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA
AUTORIDADE COMPETENTE



TERMO DE REFERÊNCIA

CONCURSO Nº 90001/2026

SELEÇÃO DE OBRA DE ARTE E EXECUÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL DO "CRISTO REI"
DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB.





TERMO DE REFERÊNCIA

INFORMAÇÕES BÁSICAS

CONCURSO Nº 90001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020.2026.SECOP

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste Termo de Referência tem por fundamento detalhar os elementos necessários à contratação de pessoa jurídica especializada ou artista na prestação de serviços de concepção de projeto e desenvolvimento do monumento e execução em homenagem ao Cristo Rei de Cajazeiras/PB, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, sendo eles:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Seleção de monumento artístico inédito (elaboração e execução), sítio específico, para o espaço no topo do morro no Bairro Cristo Rei em homenagem ao Cristo Redentor, que de forma sensível e criativa, transmita a mensagem de proteção divina, esperança, solidariedade e renovação espiritual diante dos desafios históricos e sociais da comunidade.	Unidade	1	R\$ 550.000,00	R\$ 550.000,00

1.2. O objeto desta contratação enquadra-se como um serviço especial, pois seu resultado final não é uniforme e varia conforme a empresa ou profissional contratado. Diferentemente dos serviços comuns, nos quais o resultado é padronizado independentemente de quem os executa, serviços de natureza intelectual, como projetos de arquitetura, artes visuais e consultoria, possuem um caráter subjetivo, influenciado pela criatividade, experiência e abordagem técnica do contratado. Nesse contexto, o resultado final reflete o estilo e a expertise de quem o realiza, tornando a entrega única e personalizada. Por isso, esse tipo de serviço não permite garantir que diferentes prestadores entreguem o mesmo produto final.

1.3. Os detalhamentos complementares acerca do objeto desta contratação estão devidamente explicitados no item 4.8 e respectivos subitens do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e Decreto Municipal nº 034/2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O prazo para conclusão é de **240 (duzentos e quarenta) dias**.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência e condições da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 08923971000115-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 24/02/2026;
- III) Id do item no PCA: 01;
- IV) Classe/Grupo: 964 - SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO E RELACIONADOS COM MUSEUS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 981975-63/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (Item 6).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis de outubro de 2024:

4.1.1. Adotar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI /MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e demais legislação em vigor, baseando-se na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, como:

4.1.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, substituindo substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.1.2. Fornecer a seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

4.1.1.3. A otimização de recursos materiais:

4.1.1.3.1 Preferência para materiais de maior vida útil;

4.1.1.3.2. Menor custo de manutenção;

4.1.1.3.3. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais e energéticos;

4.1.1.3.4. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados;

4.1.1.3.5. Menor geração de resíduos;

4.1.1.3.6. A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho dos serviços prestados;

4.1.1.3.7. Materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local. (ver art. 25, § 2º)

4.1.2. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
reversa por ventura estabelecido.

4.1.3. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através de medidas, como:

4.1.3.1. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.1.3.2. Observar, no que couber, a Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) na execução dos serviços.

Subcontratação

4.2 Caso seja pertinente para o melhor desenvolvimento dos projetos, a empresa/artista premiada poderá, conforme a Lei 14.133/2021, subcontratar terceiros, respeitando o limite autorizado de até 25 % do valor global do prêmio.

4.3 As atividades de apoio ou complementares à parcela principal, que podem ser subcontratadas são:

- 4.3.1. Transporte e montagem de estruturas;
- 4.3.2. Serviços técnicos de iluminação, som ou audiovisual;
- 4.3.3. Apoio operacional ou logístico;
- 4.3.4. Serviços gráficos, impressão, plotagem e adesivação;
- 4.3.5. Serviço de pintura, instalação de estruturas e manutenção.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o 3º grau de qualquer funcionário do Município de Cajazeiras.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas.

4.8. Durante o período mínimo de 35 (trinta e cinco) dias destinados à elaboração das propostas para o concurso público, os Proponentes terão a oportunidade de visitar o local onde será instalado o projeto, mediante agendamento prévio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

4.9. As visitas ao local deverão ser agendadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, por meio de solicitação enviada por e-mail: secult@cajazeiras.pb.gov.br e o agendamento estará sujeito à disponibilidade, devendo ser confirmado pela Entidade Coordenadora do concurso.

4.10. A visita ao local tem como objetivo proporcionar aos Proponentes uma melhor compreensão das características e especificidades do espaço, facilitando a elaboração de propostas mais precisas e adequadas às condições do local.

4.11. Para a vistoria, o Proponente deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Durante a visita, o Proponente deverá seguir todas as normas e diretrizes estabelecidas pela Entidade Coordenadora do concurso e respeitar as regras de segurança e acesso ao local, considerando que o local se encontra em reforma. A coordenação reserva-se o direito de restringir o acesso ou interromper a visita em caso de não cumprimento das regras estabelecidas.

4.13. Todos os custos e despesas ficam a custo do Proponente. A Entidade Coordenadora do concurso não se responsabiliza por quaisquer despesas ou custos associados à visita ao local, incluindo, mas não se limitando a transporte, hospedagem e alimentação.

4.14. Caso o Proponente opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal (em anexo ao Edital) assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de uma premiação.

Comissão Julgadora

4.17. A seleção dos projetos será feita por uma COMISSÃO JULGADORA, que será composta por, no mínimo, 3 (três) membros de reconhecida idoneidade e notório conhecimento na área cultural ou artística pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, um dos quais presidirá a Comissão, sendo preferencialmente, composta por membros da Secretaria de Cultura e Secretaria de Planejamento.

4.18. A COMISSÃO JULGADORA analisará e selecionará os Projetos Técnicos dos proponentes inscritos no presente processo, e procederá com o julgamento dos mesmos, segundo os critérios estabelecidos no item 6.9 do Estudo Técnico Preliminar, registrando em Ata a sua decisão acerca da seleção dos projetos.

4.19. A COMISSÃO JULGADORA será responsável, também, pelo acompanhamento e supervisão do desenvolvimento do projeto de execução e montagem da obra, juntamente com Arquiteto ou Engenheiro designados pela Prefeitura Municipal.

4.20. Será vedado a qualquer membro da COMISSÃO JULGADORA designar ou nomear procurador para a realização dos trabalhos de seleção e julgamento das propostas concorrentes ao presente processo.

4.21. Os membros da COMISSÃO JULGADORA não terão nenhum tipo de remuneração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

4.22. Fica reservado o direito à COMISSÃO JULGADORA, na hipótese de não haver projeto concorrente com qualidade técnica artística suficiente, ou seja, nenhum tenha atingido a pontuação mínima de 60 pontos ou pontuação 0 (zero) em qualquer dos critérios, de não contemplar nenhum dos projetos.

4.23. A COMISSÃO JULGADORA decidirá acerca do mérito cultural e artístico dos projetos concorrentes, escolhendo os melhores segundo os critérios de seleção previstos no item 6.9 do Estudo Técnico Preliminar.

4.24. A COMISSÃO JULGADORA indicará, além do projeto selecionado, também os projetos considerados "suplentes".

4.24.1. Para se classificarem como suplentes, os projetos precisarão obter a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos para seleção dos projetos concorrentes.

4.24.2. Os projetos considerados "suplentes" serão contratados em caso de perda do direito de contratação pelo projeto selecionado, ou na hipótese do proponente contemplado não comparecer para assinar o Termo de Compromisso, ou se recusar a fazê-lo.

4.25. O resultado preliminar da seleção do projeto, apurado pela COMISSÃO JULGADORA, consignado em Ata, com indicação do nome do proponente e título do projeto, será publicado no Diário Oficial do Município.

4.26. Das decisões poderá ser interposto Recurso à COMISSÃO JULGADORA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação do resultado da seleção.

4.27. O Recurso será avaliado pela COMISSÃO JULGADORA e respondido através de Ata, publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado no Portal da Transparência: <https://www.cajazeiras.pb.gov.br/> no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do prazo de recebimento do Recurso. A decisão, neste caso, terá caráter definitivo e não será objeto de reexame.

4.28. O resultado final da seleção de projeto, com indicação do nome dos proponentes e títulos dos projetos, será publicado no Diário Oficial do Município.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. É de exclusiva responsabilidade do vencedor do presente Concurso a execução e instalação da escultura, sendo obrigatório a obediência ao cronograma de execução e a presença de um responsável técnico com CAU ou CREA, que realizará o projeto de fundação e estrutura, bem como o recolhimento de ART ou RRT referente ao projeto e instalação da escultura.

5.2. O prazo para execução da obra será de até 240 (duzentos e quarenta), a contar da assinatura da Ordem de Serviço.

5.3. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Etapas do pagamento do prêmio		
Assinatura do contrato	R\$ 250.000,00	Maio de 2026
Entrega de relatório técnico executivo detalhado e prestação de contas parcial	R\$ 200.000,00	Outubro de 2026
Entrega final:	R\$ 100.000,00	Janeiro de 2027

5.4. As condições e requisitos para a contratação do objeto deverá seguir as seguintes orientações:

Memorial Descritivo da Proposta de Escultura



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

5.4.1. A proposta deve estar balizada nos seguintes pilares conceituais: pluralidade cultural; multidisciplinaridade e multilinguagens artísticas; inovação artística; acessibilidade universal; redenção e elevação espiritual; solidariedade comunitária; valorização da fé e tradição; e valorização das boas práticas de preservação patrimonial e integração urbana.

5.4.2. Conceito da obra: Descrever um breve resumo sobre o projeto elaborado, apresentando os pontos principais para o entendimento do conceito da obra de arte e sua justificativa; Discorrer sobre o embasamento teórico do projeto, referências conceituais, entre outros dados considerados relevantes.

5.4.3. Apresentar Plano de manutenção e conservação da escultura de acordo com a(s) técnica(s) e material(is).

5.4.4. Apresentação por parte da concorrente de cronograma de execução detalhada das etapas do projeto, com prazos específicos para cada fase.

Projeto da Escultura

5.4.5. Título do Projeto: Nome da Obra de Arte.

5.4.6. Representação gráfica (plantas e elevações) em escala da implantação da obra com informações completas sobre dimensões, peso, materiais, cores, elementos complementares e inscrições, considerando o local designado para a sua instalação;

5.4.7. Fotomontagem da peça no local designado para a sua instalação, com proporção real.

Cronograma de Execução

5.4.8. Planilha Orçamentária: indicando os custos relativos à mão de obra, materiais, equipamentos, seguro, transporte, serviços especializados, encargos trabalhistas, entre outros itens pertinentes ao projeto divididos por fase de execução.

5.4.8.1. O concorrente deve levar em consideração que são de sua responsabilidade os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e financeiros, bem como as demais obrigações contratuais ou legais decorrentes da elaboração e de qualquer outra espécie que se refira a sua obra e execução, inclusive, mas não somente, advindas de utilização de direitos autorais ou patrimoniais.

5.4.9. Cronograma físico-financeiro: mostrando o que será feito, quando será feito, e quanto custará em cada etapa, permitindo o controle do progresso e do orçamento.

5.4.9.1. O prazo máximo para a entrega final da escultura deverá ser de 240 (duzentos e quarenta) dias a contar da assinatura do contrato.

Outros documentos

5.4.10. Portfólio do proponente: currículo, fotos, matérias divulgadas e histórico de atuação.

5.4.11. Plano de Acessibilidade: proposta detalhada com medidas para garantir a acessibilidade física do projeto.

5.4.12. Carta de anuência de todos os artistas, empresas, coletivos e demais agentes culturais envolvidos nos projetos.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa/artista deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. Os serviços serão prestados no topo do morro do Bairro Cristo Rei - Cajazeiras/PB das 7h às 18h.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.7.1. Equipamento de Proteção Individual

5.7.2. Materiais de durabilidade para área externas, resistentes a intempéries.

5.7.3. Materiais preferencialmente sustentáveis de pouco impacto ao meio ambiente

5.7.4. Materiais que dialoguem de maneira harmoniosa com a arquitetura do monumento, respeitando suas características históricas e arquitetônicas. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.8. O prazo para garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.9.1. Capacitar a equipe do Prefeitura Municipal e equipe terceirizada para realizar a manutenção adequada do monumento;

5.9.2. Garantias técnicas ou de suporte de pelo menos seis meses para quaisquer eventuais danos ao monumento;

5.9.3. Elaboração e entrega de um Manual de Manutenção com especificações técnicas, medidas, cores, informações sobre limpeza, substâncias que podem ser usadas na superfície do monumento bem como outras informações pertinentes para a manutenção e longevidade da obra, permitindo a autonomia da Prefeitura Municipal para a realização de reparos e manutenção.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, que pode ser realizada tanto na modalidade presencial quanto virtual, para apresentação do plano de execução do monumento, com a possibilidade de readequação ou flexibilidade para possíveis alterações por orientação da equipe da Prefeitura de Cajazeiras, bem como uma plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1 Realizar atividades que impliquem na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados.

6.15.2. Prevenir fatores que estejam sob seu controle e que possam interferir no atendimento dos prazos.

6.15.3. Produzir resultados com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

6.15.4. Utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, assim como com qualidade ou quantidade de acordo com a demanda.

6.15.5. Apresentar práticas em conformidade com este documento e os demais em anexo.

6.15.6. Zelar e fazer bom uso do espaço e coisa públicos. Materiais a serem disponibilizados.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.



6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.17.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.17.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de **0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.**

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h", de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, conforme a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração.

7.2.4.4. O valor das multas será estabelecido conforme o contrato e a gravidade da infração, observados os limites previstos na referida Lei. Em caso de suspensão temporária, o contratante poderá determinar o reinício das atividades dentro do prazo estipulado, sujeitando-se à reavaliação do cumprimento das condições contratuais. A aplicação das sanções será precedida de oportuno direito de defesa, conforme os procedimentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

7.2.4.5. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da parcela.

7.2.4.6. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas "e" a "h", de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 60 (sessenta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento da premiação será efetuado na forma parcelada, conforme estabelecida no item 8.3 do Estudo Técnico Preliminar e indicação a seguir:

Etapas do pagamento do prêmio		
Assinatura do contrato	R\$ 250.000,00	Maio de 2026
Entrega de relatório técnico executivo detalhado e prestação de contas parcial	R\$ 200.000,00	Outubro de 2026
Entrega final:	R\$ 100.000,00	Janeiro de 2027

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCURSO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por melhor conteúdo artístico, conforme descrito no ETP.

9.2. A participação dos interessados estará restrita a **residentes ou sedes localizadas no Estado da Paraíba**, conforme disposto no art. 5º, III, da Lei Municipal nº 3.197/2025, que autoriza tal limitação geográfica em contratações. Essa restrição justifica-se pela promoção do desenvolvimento local e regional, priorizando artistas e empresas paraibanas com maior compreensão da identidade cultural sertaneja e devoção ao Cristo Rei em Cajazeiras, facilitando acompanhamento técnico in loco no topo do morro do Bairro Cristo Rei, reduzindo custos logísticos (transporte de obra monumental) e fomentando a economia criativa estadual, em consonância com princípios de eficiência e economicidade (Lei 14.133/2021, art. 5º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

9.3. As propostas serão analisadas pela comissão julgadora de acordo com os seguintes critérios gerais, atribuídos para cada item ou requisito avaliado:

CRITÉRIOS DE MÉRITO CULTURAL	PONTUAÇÃO (Poderão ser usadas até duas casas após a vírgula)
A – Qualidade, originalidade, relevância e inovação do projeto: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Conteúdo relevante, clareza e coerência (0 a 10);• Contribuição de projeto na experimentação estética, originalidade e inovação para os processos de criação artística no âmbito das artes visuais (0 a 10);• Capacidade de preencher lacuna ou carência constatada na área (0 a 5);• Singularidade e autenticidade da proposta, em qualquer eixo proposto (0 a 5).	Total de 30 pontos
B – Adequação Técnica: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Adequação do projeto em relação ao aspecto conceitual do Edital (0 a 10);• Adequação do projeto em relação à materialidade e sua coerência na aplicação (0 a 10);• Metodologia clara de executabilidade e montagem (0 a 5);• Detalhamento e adequação da proposta apresentada (0 a 5).	Total de 30 pontos
C – Potencial de impacto no cenário artístico e cultural e efeito multiplicador: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Proposta de interesse público (0 a 5);• Capacidade de contribuir para o desenvolvimento (0 a 5).	Total de 10 pontos
D – Acessibilidade do projeto ao público: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Projeto com ações de acessibilidade do conteúdo para compreensão de qualquer pessoa, independente de condição física, comunicacional ou intelectual (0 a 5);• Projeto com planejamento de sua divulgação, visando maior participação (0 a 5)	Total de 10 pontos
E – Adequação da proposta orçamentária e viabilidade do projeto: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Proposta orçamentária contemplando todas as ações previstas, com todos os itens de despesa do projeto (0 a 5);• Proposta coerente com indicação adequada em relação a monumentação e previsão de vida útil (0 a 5).	Total de 10 pontos
F – Potencial de realização do proponente e da equipe envolvida no projeto: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Proponente apresentou informações e documentos que demonstram capacidade e experiência para realizar com êxito a proposta (0 a 5)	Total de 5 pontos
G – Endereço do Artista (pontuação não cumulativa: 3 a 5 pontos) <ul style="list-style-type: none">• Residente no Estado da Paraíba – 3 pontos;• Residente na Microrregião de Cajazeiras/PB – 4 pontos;• Residente na Cidade de Cajazeiras/PB – 5 pontos.	Total de 5 pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA	100 pontos

9.4. A pontuação final dos projetos advém da **MAIOR NOTA** do somatório entre as notas obtidas em cada um dos critérios, podendo o projeto alcançar a nota máxima de 100 pontos, sendo analisada por pelo menos três membros da comissão julgadora.

9.5. Em situação de empate entre a nota final dos projetos, o desempate seguirá a seguinte ordem de pontuação:

- 9.5.1. Maior pontuação no critério A;
- 9.5.2. Maior pontuação no critério B;
- 9.5.3. Maior pontuação no critério C;
- 9.5.4. Maior pontuação no critério D;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- 9.5.5. Maior pontuação no critério E;
- 9.5.6. Maior pontuação no critério F;
- 9.5.7. Maior pontuação no critério G;

9.6. Caso persista o empate, caberá à Comissão Julgadora de seleção, por maioria absoluta, estabelecer o desempate.

9.7. Os projetos cuja pontuação em qualquer dos critérios seja 0 (zero) pontos, serão desclassificados.

9.8. Os projetos cuja pontuação total seja inferior a 60 (sessenta) pontos, será desclassificada.

Critério de Julgamento

9.9. **Relevância Conceitual e Temática:** O Proponente deverá demonstrar a importância e pertinência do projeto proposto no contexto da história e cultura do Cristo Rei no município de Cajazeiras. É crucial que o projeto capture e reflita a magnitude do simbolismo de redenção e proteção espiritual na comunidade, incluindo aspectos históricos, sociais, culturais e emocionais da devoção popular, considerando um escopo consistente de pesquisa.

9.10. **Inovação:** Serão avaliadas a originalidade e a criatividade do projeto. As propostas deverão apresentar abordagens novas e diferenciadas para a concepção, produção e instalação do monumento.

9.11. **Aderência aos Pilares Conceituais:** O Proponente deve demonstrar como o projeto se alinha com os pilares conceituais estabelecidos pelo Edital, o que inclui pluralidade cultural, multidisciplinaridade, inovação, acessibilidade universal, redenção e elevação espiritual, solidariedade comunitária, valorização da fé e tradição, e das boas práticas de preservação patrimonial e integração urbana. A clareza e a coerência na aplicação desses pilares ao longo do projeto serão minuciosamente avaliadas.

9.12. **Histórico do Proponente:** A partir dos currículos e portfólio apresentados, serão avaliados o histórico e competências da empresa e de seu corpo técnico, e a adequação das experiências anteriores do Proponente em relação aos pilares conceituais e à proposta do presente edital.

9.13. **Viabilidade Técnica:** O Proponente deve demonstrar a capacidade técnica para realizar o projeto. Devem ser apresentadas descrições detalhadas dos métodos, tecnologias e materiais a serem utilizados, além de um cronograma realista que comprove a possibilidade de execução dentro dos prazos estipulados.

9.14. **Viabilidade Financeira:** O Proponente deve apresentar um plano financeiro detalhado e realista, com plano de trabalho factível para aplicação dos recursos. A Entidade Coordenadora valoriza projetos que demonstrem sustentabilidade financeira e uma eficiente gestão de recursos.

9.15. **Experiência do Público:** A proposta deve versar sobre como o público irá interagir e se envolver com o monumento. O projeto deve oferecer uma experiência significativa, educativa, espiritualmente balizada e emocionalmente impactante, promovendo uma conexão profunda e duradoura entre os visitantes e o tema abordado.

9.16. **Acessibilidade:** O concorrente deve garantir que o projeto seja inclusivo e acessível a todos os públicos, incluindo pessoas com deficiências. Isto envolve a aplicação de normas de acessibilidade física, sensorial e cognitiva, assegurando que todas as pessoas possam usufruir plenamente do monumento.

9.17. **Endereço do Artista/Proponente:** Será avaliada a proximidade geográfica do endereço sede do proponente (empresa ou artista principal) em relação ao município de Cajazeiras/PB, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local e facilitar o acompanhamento da execução.

Forma de fornecimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

9.18. O fornecimento do objeto será integral, com o pagamento parcelado.

Exigências de habilitação

9.18. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Em se tratando de Pessoa Física

9.19. Cópia simples da carteira de identidade e CPF, ou outro documento de identificação com força legal (carteira de trabalho, CNH, Entidade oficial de classe);

9.20. O proponente, inscrito como pessoa física, que tiver seu projeto selecionado, poderá, para a contratação com a Prefeitura Municipal, indicar uma pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos, que comprove o caráter – definido nos autos constitutivos – artístico ou cultural, para assumir o projeto. Devendo a mesma apresentar toda a documentação conforme exigido no item 9.14 em diante, bem como formalização de vínculo entre o proponente e a pessoa jurídica, específico para a execução do projeto.

9.21. A Prefeitura Municipal, nos casos que julgar necessário, poderá exigir que a proponente pessoa física se comprometa a participar da execução do projeto, sob pena de indeferimento da indicação.

9.22. A pessoa jurídica indicada na forma do item 9.11 passará a ser tratada como proponente para todos os fins, sendo a ela aplicadas todas as obrigações, restrições, direitos e vedações previstas no Edital.

Em se tratando de Pessoa Jurídica

9.23. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.24. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.25. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.26. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.27. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.28. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.29. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

9.30. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.31. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.32. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.33. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.34. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.36. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o proponente pessoa jurídica for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de proponente matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. DA EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO

10.1. É de exclusiva responsabilidade do vencedor do presente concurso a execução e instalação da escultura, sendo obrigatório a obediência ao cronograma de execução e a presença de um responsável técnico com CAU ou CREA, que realizará o projeto e instalação da escultura.

10.2. O monumento deverá ser instalado sobre uma base pré-moldada já existente no local. Caso necessário, o Município providenciará o reforço da estrutura já existente, razão pela qual se recomenda que o concorrente visite o endereço de instalação antes da inscrição do projeto, a fim de verificar as condições do local e propor as soluções eventualmente necessárias para sua execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

10.3. A escultura deverá ser composta de elementos que garantam a alta durabilidade e resistência às intempéries, especialmente por estar localizado ao ar livre. Além disso, devem ser priorizados materiais sustentáveis, que facilitem a manutenção ao longo do tempo. Os elementos escultóricos do monumento devem dialogar harmoniosamente com o ambiente em que serão instalados.

10.4. Dimensões da obra de arte:

10.4.1. **Base fixa pré-instalada:** 5 m × 5 m × 5 m (comprimento × largura × altura);

10.4.2. **Altura mínima da Escultura:** 20 metros a contar da base.

10.5. O prazo para execução da obra será de até 240 (duzentos e quarenta), a contar da assinatura da Ordem de Serviço.

10.6. A Comissão Julgadora, juntamente com o responsável técnico indicado pelo Município, sob a gestão da Secretaria de Cultura e Secretaria de Obras será responsável pelo acompanhamento da execução da escultura para garantir o cumprimento do cronograma de execução e o cumprimento das normas técnicas. O acompanhamento dos serviços será realizado através de vistorias e reuniões de acompanhamento periódicas, de forma a analisar, definir, dirimir dúvidas, solicitar complementação de informações ou eventualmente corrigir possíveis falhas ou omissões. As vistorias serão registradas em planilhas.

10.7. O vencedor deverá sempre efetuar a correção de falhas apontadas e proceder às verificações necessárias apontadas pelos fiscais, as quais correrão pelas expensas do concorrente vencedor.

10.8. O vencedor é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e financeiros, bem como pelas demais obrigações contratuais ou legais decorrentes da execução da obra, inclusive as advindas de utilização de direitos autorais ou patrimoniais.

10.9. O vencedor é, ainda, responsável por quaisquer prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por atos decorrentes da execução.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.170 Secretaria Municipal de Cultura

13 392 1006 1018 Construção, Requalificação e/ou Melhoria da Infraestrutura Cultural

4490.51 99 OBRAS E INSTALAÇÕES

4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

15001000 Recursos Livres (Ordinário)

17000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

17060000 Transferência Especial da União

17100000 Transferência Especial dos Estados



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

13.392.1006.2070 Manutenção da Atividades da Secretaria Municipal de Cultura
3390.39.99 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
15001000 Recursos Livres (Ordinário)

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

BEATRIZ ELITA GONÇALVES PESSOA
Equipe de planejamento

BEATRIZ LOPES DA SILVA
Chefe do Setor de Planejamento

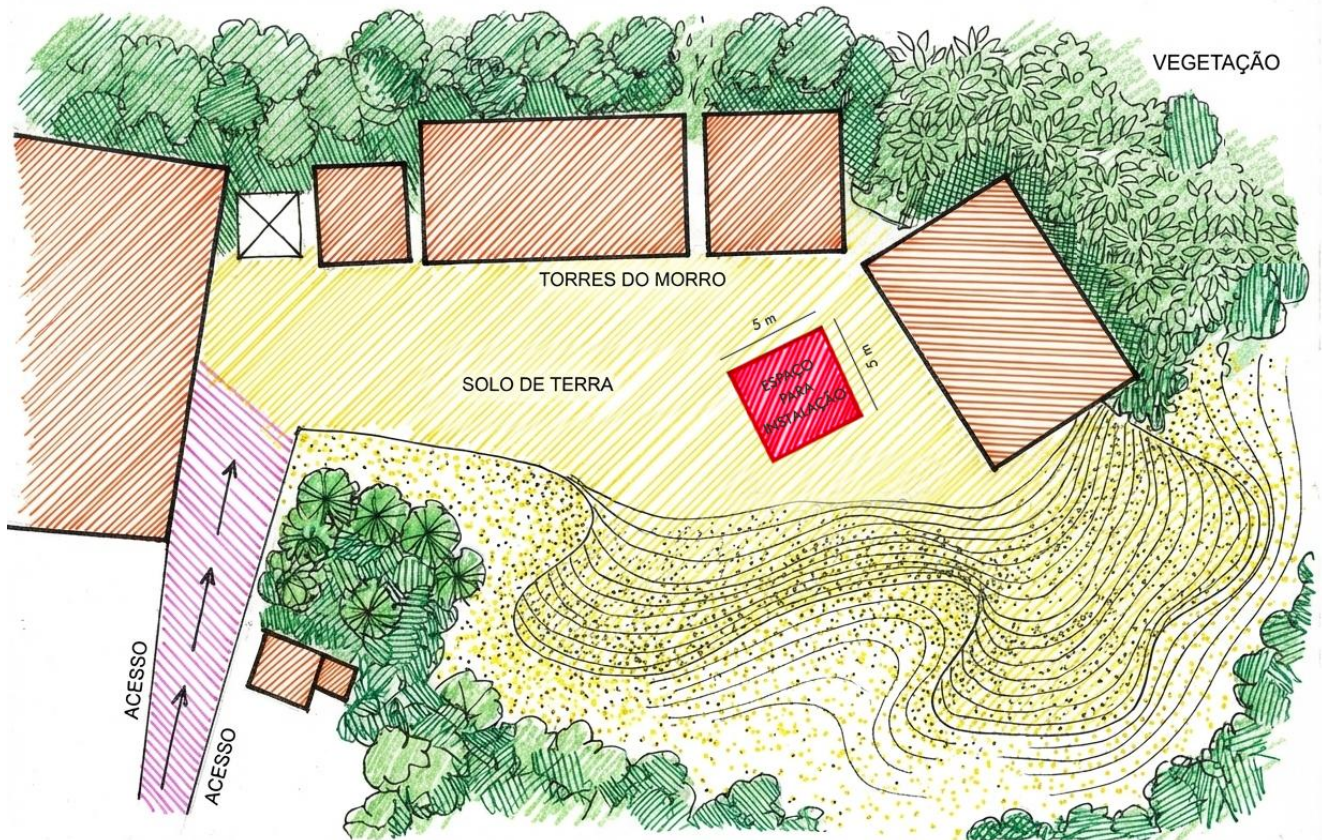




ANEXO I

ESPAÇO DELIMITADO PARA A INSTALAÇÃO DA OBRA DE ARTE

CROQUI ARQUITETÔNICO - MORRO DO CRISTO REI - CAJAZEIRAS - PB



CROQUI ARQUITETÔNICO - MORRO DO CRISTO REI - CAJAZEIRAS - PB

AB IMIS FUNDAMENTIS



ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAMAÇÕES BÁSICAS

CONCURSO Nº 90001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020.2026.SECOP

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Trata-se do estudo técnico preliminar, visando à premiação de artista especializado para a prestação de serviços de produção e execução do monumento escultural "Cristo Rei" no município de Cajazeiras/PB.

2.2. Este estudo técnico consiste na primeira etapa do planejamento da contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o Termo de Referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XVIII bem como na Instrução Normativa nº 026/2023/SA.

2.3. A cidade de Cajazeiras, reconhecida historicamente como a "Terra que ensinou a Paraíba a ler", carrega em sua identidade valores profundamente ligados à fé, à cultura, à educação e ao desenvolvimento humano. Ao longo de sua trajetória, o município consolidou-se como um importante polo religioso, social e cultural do sertão paraibano, onde a espiritualidade se manifesta como elemento de união, esperança e pertencimento coletivo.

2.4. Neste contexto, a Prefeitura Municipal de Cajazeiras propõe a criação de uma nova obra monumental representando o Cristo Rei, que substituirá a atual escultura existente por uma nova estrutura artística com aproximadamente 20 metros de altura, assumindo papel de destaque na paisagem urbana e simbólica da cidade.

2.5. A nova obra deverá transcender a função escultórica tradicional, constituindo-se como um marco arquitetônico, artístico e espiritual, capaz de dialogar com o território, com a população local e com os visitantes. Espera-se que o Cristo Rei represente não apenas a fé cristã, mas também valores universais como acolhimento, proteção, paz, esperança, justiça social e elevação espiritual, refletindo o sentimento coletivo do povo cajazeirense.

2.6. Os artistas participantes são convidados a desenvolver propostas que unam criatividade, identidade cultural, inovação estética e respeito à simbologia religiosa, considerando a escala monumental da obra e seu impacto visual, paisagístico e turístico. A escultura deverá estabelecer uma relação harmoniosa com o espaço onde será implantada, valorizando o entorno e tornando-se um ponto de contemplação, visitação e referência para a cidade.

2.7. Mais do que substituir uma estrutura existente, o presente concurso propõe a criação de um novo símbolo para Cajazeiras, uma obra que represente o olhar da cidade para o futuro, sem perder suas raízes históricas e espirituais. Um Cristo que, do alto, dialogue com o sertão, com o povo e com a memória coletiva, reafirmando Cajazeiras como um território de fé, cultura e identidade.

2.8. A contratação pretendida justifica-se pela necessidade de revitalização e requalificação de um espaço simbólico e estratégico para o Município de Cajazeiras, qual seja, o Morro do Cristo Rei.

2.9. O monumento existente, em razão da ação do tempo e da ausência de intervenções estruturais adequadas ao longo dos anos, encontra-se visivelmente deteriorado, colocando em risco sua função cultural, turística e simbólica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

2.10. A construção de uma nova imagem do Cristo Rei, mediante procedimento licitatório que possibilite a seleção da melhor proposta técnica e artística, representa uma iniciativa alinhada ao interesse público, à valorização do patrimônio cultural e ao fortalecimento do turismo religioso e cultural local.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Cultura	Eduardo Jorge Gomes Pereira

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O artista premiado será responsável pela concepção, produção e instalação do monumento no topo do morro localizada no bairro Cristo Rei – Centro, Cajazeiras. Isso inclui todos os encargos necessários para a realização do projeto, como aquisição de materiais, montagem, inserção no espaço, reparos, transporte, impressões, identidade visual, logística, descarte, substituições e demais aspectos que se mostrarem pertinentes.

4.1.1. A participação dos interessados estará restrita a **residentes ou sedes localizadas no Estado da Paraíba**, conforme disposto no art. 5º, III, da Lei Municipal nº 3.197/2025, que autoriza tal limitação geográfica em contratações. Essa restrição justifica-se pela promoção do desenvolvimento local e regional, priorizando artistas e empresas paraibanas com maior compreensão da identidade cultural sertaneja e devoção ao Cristo Rei em Cajazeiras, facilitando acompanhamento técnico in loco no topo do morro do Bairro Cristo Rei, reduzindo custos logísticos (transporte de obra monumental) e fomentando a economia criativa estadual, em consonância com princípios de eficiência e economicidade (Lei 14.133/2021, art. 5º).

4.2 O artista premiado firmará um contrato com o Município de Cajazeiras, tendo a Secretaria de Cultura e Secretaria de Obras e Serviços Públicos como área técnica responsável. O contrato abrangerá o desenvolvimento e inserção no espaço do Monumento do Cristo Rei, e, se necessário, a manutenção do mesmo sem ônus para o Município de Cajazeiras.

4.3 O artista premiado será responsável pela manutenção do monumento por um período de pelo menos seis meses após a entrega final, sempre que acionada pela Secretaria de Cultura quando se fizer necessário, sem a obrigatoriedade da presença do artista ou equipe responsável pela criação do monumento, sendo necessário apenas uma pessoa ou equipe com conhecimentos técnicos para a realização da manutenção.

4.4 Caso seja pertinente para o melhor desenvolvimento do projeto, a empresa/pessoa física premiada poderá, conforme a Lei 14.133/2021, subcontratar terceiros, respeitando o limite autorizado de até 25 % do valor global do prêmio.

4.4.1 O artista apresentará à equipe de administração do Município as documentações que comprovem a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, bem como a justificativa para a subcontratação.

4.4.2 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o 3º grau de qualquer funcionário do Município de Cajazeiras.

4.4.3 As atividades de apoio ou complementares à parcela principal, que podem ser subcontratadas são:

4.4.3.1. Transporte e montagem de estruturas;

4.4.3.2. Serviços técnicos de iluminação, som ou audiovisual;

4.4.3.3. Apoio operacional ou logístico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

4.4.3.4. Serviços gráficos, impressão, plotagem e adesivação;

4.4.3.5. Serviço de pintura, instalação de estruturas e manutenção.

4.5 É responsabilidade da empresa/pessoa física premiada, no ato da apresentação de serviços, realizar, no mínimo, as ações de sustentabilidade ambiental previstas neste termo e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis de modo que promovam:

4.5.1 Reciclagem e destinação dos resíduos gerados; otimização na utilização de recursos e na redução de desperdícios e da poluição, notadamente quanto ao uso de substâncias tóxicas ou poluentes;

4.5.2 Prever a destinação ambiental adequada dos bens usados ou inservíveis, por meio do desenvolvimento ou adoção de manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores.

4.5.3 Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais

4.5.4 Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

4.6 Por se tratar de uma premiação, de entrega pontual, a natureza desta contratação não será continuada.

4.7. Do Objeto

4.7.1. O objeto desta premiação contempla a concepção, produção e instalação do monumento, a saber:

4.7.1.2 Elaboração e realização de monumento artístico inédito, sítio específico (**obra de arte criada especialmente para um determinado local**, levando em conta as características físicas, históricas, culturais e sociais de onde será instalado) para o espaço voltado ao Cristo Rei do Município de Cajazeiras, em homenagem à fé e à redenção do povo, que de forma sensível e criativa transmita a mensagem de proteção divina, esperança, solidariedade e renovação espiritual diante dos desafios históricos e sociais da comunidade.

4.7.1.2.1 É essencial considerar cuidadosamente os materiais a serem utilizados na execução do monumento, garantindo alta durabilidade e resistência às intempéries, especialmente por estar localizado ao ar livre. Além disso, devem ser priorizados materiais sustentáveis, que facilitem a manutenção ao longo do tempo. Os elementos escultóricos do monumento devem dialogar harmoniosamente com o ambiente em que serão instalados. O projeto deverá evidenciar como a obra de arte se integra com o entorno e como sua presença no espaço contribui para a ativação das ideias e reflexões propostas para o monumento.

4.7.1.2.2 A segurança deve ser uma preocupação central no desenvolvimento do projeto, uma vez que a obra de arte estará em um espaço aberto ao público, acessível a crianças, idosos, cadeirantes e demais pessoas com deficiência. Como os visitantes poderão se aproximar do monumento, é necessário evitar elementos que possam representar riscos, como superfícies cortantes, pontiagudas ou escorregadias, bem como partes soltas ou elementos que possam se desprender.

4.7.1.2.3 O projeto também deverá atender às dimensões compatíveis com o local de instalação, respeitando a área máxima de 5m² de base e altura mínima de 20m. Além disso, deverá conter todos os desenhos, detalhes e informações técnicas necessárias para a correta execução do monumento artístico.

4.7.1.2.4 Realizar a execução completa do monumento, incluindo sua feitura, instalação in loco,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

com o fornecimento de todos os materiais e a realização dos serviços técnicos necessários.

4.8. Da proposta

Memorial Descritivo da Proposta de Escultura

4.8.1 A proposta deve estar balizada nos seguintes pilares conceituais: pluralidade cultural; multidisciplinaridade e multilinguagens artísticas; inovação artística; acessibilidade universal; redenção e elevação espiritual; solidariedade comunitária; valorização da fé e tradição; e valorização das boas práticas de preservação patrimonial e integração urbana.

4.8.2 Conceito da obra: Descrever um breve resumo sobre o projeto elaborado, apresentando os pontos principais para o entendimento do conceito da obra de arte e sua justificativa; Discorrer sobre o embasamento teórico do projeto, referências conceituais, entre outros dados considerados relevantes.

4.8.3 Apresentar Plano de manutenção e conservação da escultura de acordo com a(s) técnica(s) e material(is).

4.8.4 Apresentação por parte da concorrente de cronograma de execução detalhada das etapas do projeto, com prazos específicos para cada fase.

Projeto da Escultura

4.8.5 Título do Projeto: Nome da Obra de Arte.

4.8.6 Representação gráfica (plantas e elevações) em escala da implantação da obra com informações completas sobre dimensões, peso, materiais, cores, elementos complementares e inscrições, considerando o local designado para a sua instalação;

4.8.7 Fotomontagem da peça no local designado para a sua instalação, com proporção real.

Cronograma de Execução

4.8.8 Planilha Orçamentária: indicando os custos relativos à mão de obra, materiais, equipamentos, seguro, transporte, serviços especializados, encargos trabalhistas, entre outros itens pertinentes ao projeto divididos por fase de execução.

4.8.8.1. O concorrente deve levar em consideração que são de sua responsabilidade os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e financeiros, bem como as demais obrigações contratuais ou legais decorrentes da elaboração e de qualquer outra espécie que se refira a sua obra e execução, inclusive, mas não somente, advindas de utilização de direitos autorais ou patrimoniais.

4.8.9 Cronograma físico-financeiro: mostrando o que será feito, quando será feito, e quanto custará em cada etapa, permitindo o controle do progresso e do orçamento.

4.8.9.1. O prazo máximo para a entrega final da escultura deverá ser de **240 (duzentos e quarenta) dias** a contar da assinatura do contrato.

Outros documentos

4.8.10 Portfólio do proponente: currículo, fotos, matérias divulgadas e histórico de atuação.

4.8.11 Plano de Acessibilidade: proposta detalhada com medidas para garantir a acessibilidade física do projeto.

4.8.12 Carta de anuência de todos os artistas, empresas, coletivos e demais agentes culturais envolvidos nos projetos.

4.9. Das condições para participação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

4.9.1 Poderão concorrer pessoas físicas e jurídicas, sendo aceitos também trabalhos realizados por equipes coordenadas por responsável legal pelo projeto inscrito. A informação de nomes de membros integrantes de equipes, além do inscrito responsável, sejam coautores, colaboradores, consultores, ou outras funções, será preenchida no Formulário de Inscrição que estará anexo ao Edital.

4.9.2 Não poderão inscrever-se na seleção pública aquelas que possuam entre seus dirigentes:

I – Integrante do Poder Executivo Municipal ou respectivo cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

II – Integrantes da Comissão Julgadora ou respectivo cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau.

III - Os proibidos de participar em licitações e celebrar contratos administrativos na forma da legislação vigente, que não atendam às condições deste Edital, ou que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 14.133/2021.

IV - Os que estejam incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União - CGU, respeitada à área de abrangência de cada punição;

V - Os que estejam incluídos no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa – CNIA

VI - Os que estejam incluídos no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Estadual – CAFIL-PB.

4.9.3 Não poderá participar na condição de microempreendedor – MEI, cooperativas e consórcios.

4.9.4 A inscrição deverá ser realizada no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.9.5 A documentação bem como a proposta devem ser enviadas em formato PDF com o tamanho máximo de 30 MB.

4.9.6 O anonimato dos concorrentes para os demais participantes será assegurado em todas as etapas deste concurso até a divulgação oficial do resultado.

4.9.7 A participação neste concurso implica na leitura, cumprimento e aceitação integral do estabelecido neste ETP, e em seus anexos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Para a criação do monumento em homenagem ao Cristo Rei, foi realizada uma pesquisa com editais de natureza similar, com o objetivo de contemplar dois aspectos principais: a elaboração e desenvolvimento de um monumento.

5.2 O levantamento a seguir apresenta editais promovidos por diferentes órgãos públicos, que estabeleceram concursos ou outras modalidades de licitações para a contratação de empresas especializadas em atividades similares de obras e esculturas de grande porte (acima de 3 metros) e com ênfase em materiais duráveis para a exposição pública. A comparação foi feita tanto no mercado de arte (que abrange valor pela assinatura do artista) quanto com o mercado de confecção de grandes peças temáticas (que estabelece um piso de custo pela escala e material). A análise abrange o período de 2022 a 2025, incluindo os seguintes editais:

- Dinossauros do portal de entrada da cidade de Sousa/PB (2022);
- Monumento de Nossa Senhora de Fátima (Crato/CE – 2024);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Monumento de Santo Antônio (Barbalha/CE – 2022);

- Concurso de projeto para o monumento do sesquicentenário (150 anos) da colonização italiana em Rodeio - Prefeitura de Rodeio - (2024);
- Projeto de monumento em homenagem à COP30 - Ministério do Turismo (2025);
- Monumento Sagrada Família – Uiraúna/PB (2022);
- Monumento da Beata Menina Benigna – Santana/CE (2025).

5.3 A análise dos referidos editais e contratos revela que tanto o concurso quanto licitações convencionais, como Pregão e Concorrência, são modalidades amplamente utilizadas por diversos órgãos públicos para a realização/construção de monumentos.

5.4 A modalidade Concurso (art. 28, III, Lei nº 14.133/2021) revela-se superior à concorrência eletrônica para seleção da obra de arte e execução do monumento em homenagem ao "Cristo Rei" em Cajazeiras/PB, pois privilegia o julgamento de mérito artístico e técnico por comissão especializada, enquanto a concorrência prioriza menor preço ou amostragem padronizada, inadequada à natureza subjetiva e inédita do objeto sítio-específico (topo do morro Cristo Rei). No concurso, a pontuação detalhada (100 pontos: 30 para qualidade/originalidade; 30 para adequação técnica; 5 para proximidade local) garante seleção da proposta mais vantajosa, estimulando criatividade multidisciplinar e inovação artística, elementos essenciais para transmitir proteção divina e redenção espiritual conforme pilares conceituais do edital.

5.5 Já a Concorrência Eletrônica, embora eficiente para bens comuns ou serviços seriais, restringe-se a critérios objetivos (preço global/híbrido), inviabilizando avaliação profunda de originalidade conceitual e integração paisagística exigida pelo local acidentado e simbólico. Precedentes com outros órgãos públicos adotam concurso por demandarem julgamento estético especializado, evitando soluções genéricas que desvalorizam a identidade cultural paraibana e a devoção local. Além disso, o concurso vincula premiação parcelada a entregas verificáveis, reduzindo riscos contratuais frente ao pagamento por avanço em concorrência.

5.6 Já a execução direta pelo próprio município, sem licitação, revela-se tecnicamente inviável para concepção e construção do monumento, pois a Administração Pública carece de estrutura artística especializada, equipe multidisciplinar e expertise em obras sítio-específicas no topo do morro Cristo Rei/Cajazeiras-PB. A estrutura municipal limitada em orçamento, pessoal e know-how técnico não suporta modelagem 3D complexa, execução em materiais duráveis e instalação em terreno acidentado, gerando atrasos, sobrepreço e qualidade inferior frente à concorrência nacional de especialistas habilitados via edital. A gestão interna comprometeria pilares conceituais (inovação artística, pluralidade cultural), resultando em obra genérica que não dialoga com a devoção local e identidade paraibana.

5.7 Portanto, no que se refere à elaboração, produção e execução de monumento, a modalidade de Concurso se mostra a mais indicada, pois envolve a necessidade de profissionais com competências distintas, como arquitetos, designers, artistas visuais e produtores culturais. Além disso, essa modalidade incentiva a participação da sociedade, estimulando a apresentação de propostas criativas e relevantes para o objeto que se pretende. Essa abordagem permite que o monumento ofereça uma programação de qualidade, capaz de atrair o público e promover esse debate tão importante para a sociedade.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 A solução proposta consiste na realização de Licitação na modalidade Concurso conforme art. 28, III, da Lei 14.133/2021, preferencialmente na forma eletrônica, para a contratação de empresa ou pessoa física para a concepção, produção e instalação do monumento escultural do Cristo Rei no Município de Cajazeiras/PB.

6.2 O concorrente deve apresentar o projeto do monumento, além de ser responsável pela execução da proposta, conforme as diretrizes estabelecidas neste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

6.3 A materialidade do monumento deverá ser fabricada com material de alta durabilidade, baixa manutenção e baixo custo.

6.4 As informações para a produção do monumento já foram explicitadas no item 4.8 e seus subitens deste documento.

6.5 Todos os objetos devem atender às exigências descritas no item 4, "Descrição dos Requisitos da Contratação", deste documento.

6.6 O proponente contemplado irá ceder gratuitamente os direitos patrimoniais da obra, inclusive do projeto, por meio de Termo de Contrato de Cessão de Uso de Direitos Patrimoniais da Obra e do Projeto.

6.7 Os projetos serão avaliados e julgados por uma comissão julgadora que será determinada em portaria, composta por representantes do Município de Cajazeiras, da Secretaria de Cultura e Secretaria de Planejamento desse município.

6.8 A Comissão Julgadora terá como obrigações:

6.8.1 Decisões de resultados por meio de maioria simples de voto, desde que o projeto aprovado corresponda a todas as exigências contidas neste certame;

6.8.2 Obrigação de manter sigilo em todas as etapas de avaliação de projetos;

6.8.3 A Prefeitura de Cajazeiras deverá providenciar a digitalização das atas e demais documentos da Comissão Julgadora, preservando a memória do concurso e facilitando o acesso à informação para futuras consultas.

6.8.4 A Prefeitura de Cajazeiras promoverá a ampla divulgação dos resultados do concurso, incluindo a exposição dos projetos premiados, para celebrar a qualidade das propostas e o talento dos participantes, e deve divulgar a homologação oficial dos resultados, garantindo a confiabilidade do processo seletivo e a lisura da premiação.

6.8.5 A Prefeitura de Cajazeiras, por meio de suas ações, garante que o concurso transcorra de forma ética, profissional e valorosa, reconhecendo o talento dos participantes e contribuindo para o desenvolvimento da arte e da cultura.

6.8.6 Realizar classificações e menções honrosas.

6.9 Da Seleção e Julgamento das Propostas

6.9.1 A utilização da escala de pontuação, que será apresentada no ponto 6.9.3, permite uma análise detalhada e transparente, considerando o grau de atendimento aos critérios estabelecidos. Dessa forma, os critérios de pontuação e julgamento, assim como a metodologia aplicada, devem ser devidamente fundamentados, assegurando objetividade, isonomia e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

6.9.2 Quando aplicável, os critérios adotados devem observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, além de refletir a necessidade específica do objeto, contribuindo para a avaliação técnica e artística das propostas em conformidade com as normativas vigentes e as boas práticas de gestão pública.

6.9.3 As propostas serão analisadas pela comissão julgadora de acordo com os seguintes critérios gerais, atribuídos para cada item ou requisito avaliado:

CRITÉRIOS DE MÉRITO CULTURAL	PONTUAÇÃO (Poderão ser usadas até duas casas após a vírgula)
-------------------------------------	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A – Qualidade, originalidade, relevância e inovação do projeto: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Conteúdo relevante, clareza e coerência (0 a 10);• Contribuição de projeto na experimentação estética, originalidade e inovação para os processos de criação artística no âmbito das artes visuais (0 a 10);• Capacidade de preencher lacuna ou carência constatada na área (0 a 5);• Singularidade e autenticidade da proposta, em qualquer eixo proposto (0a 5).	Total de 30 pontos
B – Adequação Técnica: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Adequação do projeto em relação ao aspecto conceitual do Edital (0 a 10);• Adequação do projeto em relação à materialidade e sua coerência na aplicação (0 a 10);• Metodologia clara de executabilidade e montagem (0 a 5);• Detalhamento e adequação da proposta apresentada (0 a 5).	Total de 30 pontos
C – Potencial de impacto no cenário artístico e cultural e efeito multiplicador: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Proposta de interesse público (0 a 5);• Capacidade de contribuir para o desenvolvimento (0 a 5).	Total de 10 pontos
D – Acessibilidade do projeto ao público: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Projeto com ações de acessibilidade do conteúdo para compreensão de qualquer pessoa, independente de condição física, comunicacional ou intelectual (0 a 5);• Projeto com planejamento de sua divulgação, visando maior participação (0 a 5)	Total de 10 pontos
E – Adequação da proposta orçamentária e viabilidade do projeto: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Proposta orçamentária contemplando todas as ações previstas, com todos os itens de despesa do projeto (0 a 5);• Proposta coerente com indicação adequada em relação a monumentação e previsão de vida útil (0 a 5).	Total de 10 pontos
F – Potencial de realização do proponente e da equipe envolvida no projeto: Aspectos norteadores <ul style="list-style-type: none">• Proponente apresentou informações e documentos que demonstram capacidade e experiência para realizar com êxito a proposta (0 a 5)	Total de 5 pontos
G – Endereço do Artista (pontuação não cumulativa: 3 a 5 pontos) <ul style="list-style-type: none">• Residente no Estado da Paraíba – 3 pontos;• Residente na Microrregião de Cajazeiras/PB – 4 pontos;• Residente na Cidade de Cajazeiras/PB – 5 pontos.	Total de 5 pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA	100 pontos

6.9.4 A pontuação final dos projetos advém da **MAIOR NOTA** do somatório entre as notas obtidas em cada um dos critérios, podendo o projeto alcançar a nota máxima de 100 pontos, sendo analisada por pelo menos três membros da comissão julgadora.

6.9.5 Em situação de empate entre a nota final dos projetos, o desempate seguirá a seguinte ordem de pontuação:

- 6.9.5.1 Maior pontuação no critério A;
- 6.9.5.2 Maior pontuação no critério B;
- 6.9.5.3 Maior pontuação no critério C;
- 6.9.5.4 Maior pontuação no critério D;
- 6.9.5.5 Maior pontuação no critério E;
- 6.9.5.6 Maior pontuação no critério F;
- 6.9.5.7 Maior pontuação no critério G;

6.9.6 Caso persista o empate, caberá à Comissão Julgadora de seleção, por maioria absoluta, estabelecer o desempate.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Os projetos cuja pontuação em qualquer dos critérios seja 0 (zero) pontos, serão desclassificados.

6.9.8 Os projetos cuja pontuação total seja inferior a 60 (sessenta) pontos, será desclassificada.

6.10. Dos Critérios de Julgamento

6.10.1 Relevância Conceitual e Temática: O Proponente deverá demonstrar a importância e pertinência do projeto proposto no contexto da história e cultura do Cristo Rei no município de Cajazeiras. É crucial que o projeto capture e reflita a magnitude do simbolismo de redenção e proteção espiritual na comunidade, incluindo aspectos históricos, sociais, culturais e emocionais da devoção popular, considerando um escopo consistente de pesquisa.

6.10.2 Inovação: Serão avaliadas a originalidade e a criatividade do projeto. As propostas deverão apresentar abordagens novas e diferenciadas para a concepção, produção e instalação do monumento.

6.10.3 Aderência aos Pilares Conceituais: O Proponente deve demonstrar como o projeto se alinha com os pilares conceituais estabelecidos pelo Edital, o que inclui pluralidade cultural, multidisciplinaridade, inovação, acessibilidade universal, redenção e elevação espiritual, solidariedade comunitária, valorização da fé e tradição, e das boas práticas de preservação patrimonial e integração urbana. A clareza e a coerência na aplicação desses pilares ao longo do projeto serão minuciosamente avaliadas.

6.10.4 Histórico do Proponente: A partir dos currículos e portfólio apresentados, serão avaliados o histórico e competências da empresa e de seu corpo técnico, e a adequação das experiências anteriores do Proponente em relação aos pilares conceituais e à proposta do presente edital.

6.10.5 Viabilidade Técnica: O Proponente deve demonstrar a capacidade técnica para realizar o projeto. Devem ser apresentadas descrições detalhadas dos métodos, tecnologias e materiais a serem utilizados, além de um cronograma realista que comprove a possibilidade de execução dentro dos prazos estipulados.

6.10.6 Viabilidade Financeira: O Proponente deve apresentar um plano financeiro detalhado e realista, com plano de trabalho factível para aplicação dos recursos. A Entidade Coordenadora valoriza projetos que demonstrem sustentabilidade financeira e uma eficiente gestão de recursos.

6.10.7 Experiência do Público: A proposta deve versar sobre como o público irá interagir e se envolver com o monumento. O projeto deve oferecer uma experiência significativa, educativa, espiritualmente balizada e emocionalmente impactante, promovendo uma conexão profunda e duradoura entre os visitantes e o tema abordado.

6.10.8 Acessibilidade: O concorrente deve garantir que o projeto seja inclusivo e acessível a todos os públicos, incluindo pessoas com deficiências. Isto envolve a aplicação de normas de acessibilidade física, sensorial e cognitiva, assegurando que todas as pessoas possam usufruir plenamente do monumento.

6.10.9 Endereço do Artista/Proponente: Será avaliada a proximidade geográfica do endereço sede do proponente (empresa ou artista principal) em relação ao município de Cajazeiras/PB, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local e facilitar o acompanhamento da execução.

6.11. Cronograma Estimado

CRONOGRAMA	Data
Lançamento Edital	03/03/2026
Período para perguntas, dúvidas e agendamento de visitas	03/03 a 17/04/2026
Final das inscrições	24/04/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Sessão Pública de abertura das propostas	27/04/2026
Publicação das inscrições aceitas	28/04/2026
Recurso para as inscrições indeferidas	28/04 a 04/05/2026
Resultados dos recursos	05/05/2026
Homologação das inscrições	05/05/2026
Avaliação e atividades da comissão julgadora	06/05 a 14/05/2026
Divulgação de resultados	15/05/2026
Recursos/Contrarrazões	18/05 a 25/05/2026
Resultado dos recursos	27/05/2026
Homologação e divulgação dos resultados	28/05/2026

6.11.1 As datas apresentadas neste cronograma têm caráter estimativo e poderão ser alteradas conforme necessidades administrativas ou ajustes no andamento do processo.

6.12. Dos Direitos Autorais

6.12.1 Considera-se "obra" toda criação intelectual expressa por qualquer meio ou fixada em qualquer suporte, tangível ou intangível, conforme definido pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais). Isso inclui, sem se limitar, a projetos artísticos, arquitetônicos, visuais, audiovisuais, literários e outras formas de expressão criativa protegidas por direitos autorais.

6.12.2 Ao aderir ao concurso, o vencedor cede e transfere, de forma definitiva e por tempo indeterminado, ao Município de Cajazeiras, todos os direitos patrimoniais da "obra" incluídas em sua proposta, autorizando seu uso irrestrito em quaisquer finalidades que o Município determinar.

6.12.3 O Proponente contemplado mantém seus direitos morais sobre a obra, conforme previsto na Lei nº 9.610/1998, assegurando o direito de ser identificado como autor e de garantir a integridade das obras.

6.12.4 O Proponente contemplado autoriza o Governo Municipal a utilizarem registros das ações e etapas do projeto, bem como imagens dos resultados, em mídia impressa, internet, mídias digitais, eletrônicas e audiovisuais, para fins educacionais, de divulgação e, se aplicável, comerciais, sem ônus e por tempo indeterminado.

6.12.5 O Município de Cajazeiras poderá utilizar a obra para fins comerciais, incluindo, mas não se limitando à venda de produtos derivados, sem que isso gere compensação adicional ao Proponente Contemplado.

6.12.6 A cessão dos direitos patrimoniais da obra é irrevogável, exceto em caso de descumprimento por parte do Município de Cajazeiras das condições estipuladas neste instrumento.

6.12.7 O Proponente Contemplado declara ser o autor ou legítimo titular dos direitos patrimoniais sobre a "obra" que compõem sua proposta, garantindo a plena titularidade desses direitos.

6.12.8 O Proponente contemplado assegura que não há quaisquer ônus, compromissos ou direitos de terceiros sobre os direitos patrimoniais da "obra" incluídas na proposta, e declara possuir todas as cessões necessárias de uso de direitos autorais e de imagem, quando aplicável.

6.12.9 Em caso de infração de direitos autorais ou uso indevido de direitos de terceiros, o Proponente Contemplado será exclusivamente responsável por todos os danos, custos e penalidades decorrentes, isentando o Município de Cajazeiras e as demais entidades envolvidas de qualquer responsabilidade.

6.12.10 O Município de Cajazeiras reserva-se o direito de realizar adaptações ou melhorias nas obras cedidas, sempre que necessário para a continuidade ou relevância do projeto, assegurando o respeito aos direitos



6.12.11 O Proponente Contemplado compromete-se a manter confidencialidade sobre a obra e proposta apresentadas até a divulgação oficial do resultado, sob pena de desclassificação e responsabilização por danos.

6.12.12 Ao se inscrever no certame, o Proponente declara a inexistência de plágio na obra e/ou projeto apresentados, bem como assegura ter obtido todas as autorizações necessárias de terceiros que possuam direitos conexos sobre a produção artística, responsabilizando-se por quaisquer reivindicações de uso não autorizado.

6.12.13 O Município de Cajazeiras poderá utilizar as marcas, logotipos e projetos dos proponentes não contemplados para divulgação dos resultados do edital e promoção da participação, em mídias impressas, digitais e eletrônicas, sem fins comerciais. Tal uso será restrito à promoção e não gerará compensação adicional aos proponentes. O uso respeitará a integridade e autoria dos projetos, e qualquer exploração além desses fins exigirá autorização adicional.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1 Um monumento artístico inédito (sítio específico), a ser elaborado, produzido e instalado em local pré-estabelecido pelo Município, notadamente no topo do morro localizada no bairro Cristo Rei – Centro, Cajazeiras em homenagem Cristo Rei.

7.2 Essa abordagem reforça a adequação das estimativas aos requisitos técnicos e à finalidade do projeto, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade previstos na nova legislação. Contudo, é importante considerar as limitações da edificação, por haver no local uma antiga estátua e antenas de rádio no entorno do local designado, além da segurança e acessibilidade do monumento. Adoção de práticas sustentáveis, criativas e inovadoras, bem como o uso de materiais sustentáveis, são altamente desejáveis e estimuladas para a execução do projeto.

7.3 O dimensionamento segue o disposto no inciso V, art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022, que estabelece critérios para a definição de quantidades e especificações com base em dados objetivos e concretos, assegurando a eficiência e a economicidade nas contratações públicas. Essa abordagem visa garantir que os recursos sejam utilizados de forma adequada, em alinhamento com as necessidades específicas da Administração Pública e com os princípios da transparência e do planejamento adequado.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 550.000,00

8.1 De acordo com o Art. 30, da lei nº. 14.133, de 01/04/2021, a premiação observará as regras e condições previstas em edital, que indicará:

I - Qualificação exigida dos participantes;

II - Diretrizes e formas de apresentação do trabalho;

III - As condições de realização e o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor.

8.2. Por tratar-se de um trabalho técnico e artístico, a modalidade de contratação será por concurso (premiação), sendo assim, não é possível realizar pesquisa de preços. Contudo, pode-se buscar contratações similares cujo objeto seja semelhante para possibilitar de forma mais coerente os valores praticados.

8.3. Informa-se que o valor da premiação será pago de forma parcelada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

8.4.1 O parcelamento está em conformidade com as etapas de execução dos projetos, de modo que, a cada etapa concluída, uma parcela do valor será liberada para pagamento, conforme o seguinte cronograma:

Etapas do pagamento do prêmio		
Assinatura do contrato	R\$ 250.000,00	Maio de 2026
Entrega de relatório técnico executivo detalhado e prestação de contas parcial	R\$ 200.000,00	Outubro de 2026
Entrega final:	R\$ 100.000,00	Janeiro de 2027

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 Será realizada a contratação de apenas um objeto, o monumento artístico, logo, não há necessidade de parcelamento.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 Não existem contratações que guardem relação ou afinidade, pretéritas ou futuras, com a atual pretensão contratual.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. O alinhamento entre a contratação e o planejamento está de acordo com o Plano de Contratação Anual (PCA 2026 - MUNICIPIO DE CAJAZEIRAS), o objeto da contratação está inserido nos Objetivos Organizacionais, Fatores Críticos de Sucesso e Ações Estratégicas de melhorar a infraestrutura e otimizar os processos administrativos e a gestão financeira e orçamentária.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Criará um espaço dedicado à preservação da memória coletiva da devoção ao Cristo Rei em Cajazeiras, contribuindo para a educação e conscientização sobre fé e solidariedade comunitária, especialmente no contexto de desafios históricos e sociais, além de homenagear a tradição religiosa e os fiéis da região.

12.2. Fortalecerá a percepção sobre o patrimônio cultural e espiritual do município, destacando seu papel crucial na identidade paraibana e promovendo uma maior compreensão de sua importância para a coesão social e futuras gerações.

12.3. Valorizará o patrimônio histórico local, ao ser instalado no topo do morro do Bairro Cristo Rei, aumentando a atenção do ponto turístico de Cajazeiras e contribuindo para o circuito cultural e turístico do Sertão da Paraíba.

12.4. Efetivará a alocação dos recursos públicos municipais em um projeto que otimiza a infraestrutura existente, maximizando o impacto social, espiritual e turístico dos investimentos.

12.5. Permitirá que o espaço público municipal cumpra sua missão de promover valores cívicos e culturais, desenvolvendo expertise em produção artística monumental e proporcionando uma programação diversificada que amplia o alcance do monumento como símbolo de redenção.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 É recomendável que haja capacitação para os servidores envolvidos na fiscalização do contrato, com enfoque nas contratações ligadas à produção artística e cultural.



14.1 Informamos que os projetos descritos neste estudo técnico preliminar não resultarão em impactos ambientais significativos.

14.2 Todos os projetos serão desenvolvidos com base em princípios de logística sustentável, com ênfase no uso responsável de materiais e na redução de resíduos.

14.3 As soluções adotadas priorizam o uso eficiente dos recursos, buscando minimizar a necessidade de transporte e o consumo de materiais com alto impacto ambiental. Além disso, os processos construtivos serão rigorosamente monitorados para assegurar o cumprimento das normas ambientais vigentes, com o objetivo de preservar o equilíbrio ecológico da região.

15. CLASSIFICAÇÃO DE SIGILO

15.1 A contratação e execução das atividades descritas neste item devem ser classificadas nos termos da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública. Conforme estabelecido por essa lei, todas as informações produzidas, recebidas ou mantidas pelo Município de Cajazeiras, incluindo aquelas referentes à execução de mostras culturais e atividades de divulgação das políticas públicas, serão classificadas de acordo com os critérios de acessibilidade e transparência previstos na legislação, respeitando os direitos do cidadão ao acesso à informação, salvo nas situações que envolvam dados sigilosos ou restritos, conforme as exceções previstas na própria lei. Dessa maneira, a execução da contratação será realizada em conformidade com as normas de governança e transparência, permitindo o controle social e o monitoramento das ações públicas de forma clara e acessível à população.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da necessidade de CONTRATAÇÃO VIA CONCURSO PARA CONCEPÇÃO, PRODUÇÃO E INSTALAÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL "CRISTO REI" no topo do morro do Bairro Cristo Rei - Centro, Cajazeiras/PB, justifica-se a instauração deste processo licitatório. Tal medida visa assegurar a preservação da memória cultural e espiritual da devoção local em padrões satisfatórios de excelência artística, durabilidade técnica e integração patrimonial.

Cajazeiras-PB, 15 de fevereiro de 2026.

BEATRIZ ELITA GONÇALVES PESSOA
Equipe de planejamento

BEATRIZ LOPES DA SILVA
Chefe do Setor de Planejamento



ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO - MODELO

IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL:

CONCURSO ELETRÔNICO Nº 9001/2026 – CONCURSO PARA SELEÇÃO DE OBRA DE ARTE E EXECUÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL DO “CRISTO REDENTOR” DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB

1. Você está inscrevendo este projeto como?

- ☐ Indivíduo (pessoa física, trabalhador)
☐ Grupo ou Coletivo (representante de coletivos, grupos ou comunidades sem personalidade jurídica)
☐ Pessoa Jurídica com ou sem fins lucrativos

2. Principal segmento de atuação (múltipla escolha)

- ☐ Artes Visuais
☐ Desenho
☐ Escultura
☐ Pintura
☐ Design Gráfico
☐ Cerâmica
☐ Arte digital
☐ Design
☐ Arquitetura

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE (PESSOA FÍSICA)

Nome completo:
CPF:
Endereço Contato:
Telefone:
E-mail:
Outro endereço eletrônico/ virtual/ participação em rede social:

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE COLETIVO OU GRUPO: no caso de inscrição de pessoa física representante de Grupo ou Coletivos, preencher abaixo:

Nome do Grupo ou Coletivo:
Contato do Coletivo/Grupo ou de algum membro: Email: Telefone (com DDD):
Endereço da sede:
Por que o Grupo ou Coletivo foi organizado/criado? Faça uma apresentação do Grupo ou Coletivo, informando quais são os seus objetivos:



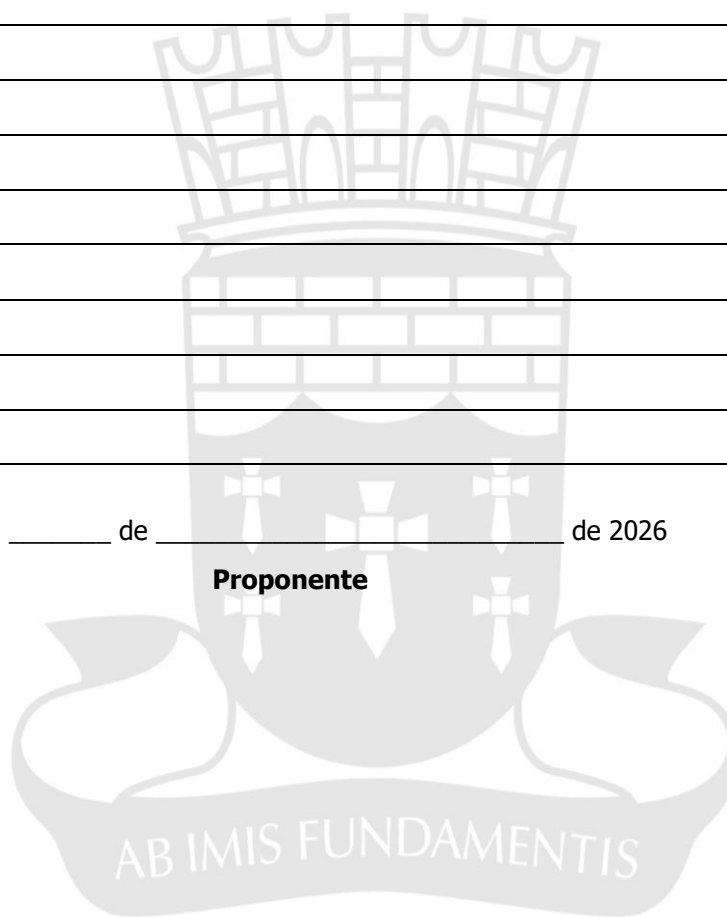
Desde quando existe o Coletivo? Informe a data de criação/organização do Grupo ou Coletivo:
Qual o perfil dos trabalhos realizados pelo coletivo? Descreva as principais características dos trabalhos anteriores realizados pelo Grupo ou Coletivo:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE (PESSOA JURÍDICA)
Razão Social:
Nome Fantasia:
CNPJ:
Endereço completo:
Telefone:
E-mail:
Nome do representante legal:
Cargo/função:
Número do CPF:

Cidade, _____ de _____ de 2026

Proponente





ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO - MODELO

CONCURSO Nº 00001/2026

OBJETO: CONCURSO PARA SELEÇÃO DE OBRA DE ARTE E EXECUÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL DO "CRISTO REI" DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Nome:

IDENTIDADE DO PROJETO:

Título:

Declaro, para os devidos fins de inscrição no processo acima referenciado, que concordo e atendo às condições de inscrição estabelecidas no Edital e possuo as provas de regularidade fiscais exigidas para a contratação do projeto, caso seja selecionado.

Declaro, ainda, que estou ciente de que, caso não apresente à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS toda a documentação estipulada ou a apresente com alguma irregularidade, perderei, automaticamente, o direito à premiação, sendo convocado o suplente, pela ordem decrescente de classificação.

Declaro ainda que irei ceder à Administração Pública, todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto e autorizar a sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.

Cidade, _____ de _____ de 2026

Proponente



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VISTORIA - MODELO

(A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na Licitação, ficando, contudo, as LICITANTES cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.)

CONCURSO Nº 90001/2026

OBJETO: CONCURSO PARA SELEÇÃO DE OBRA DE ARTE E EXECUÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL DO "CRISTO REI" DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Nome:

IDENTIDADE DO PROJETO:

Título:

Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor do Concurso n.º 90001/2026, cujo objeto é a SELEÇÃO DE OBRA DE ARTE E EXECUÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL DO "CRISTO REI" DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB.

Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Edital e seus anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

Declaramos, ainda, ter vistoriado minuciosamente, por meio do Representante da Licitante, o local de realização dos serviços, tomar conhecimento das reais condições de execução e estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido, bem como coletei informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta.

Ou

Optamos por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao Objeto do Edital de Concurso e declara, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de cumprir com os termos do Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, bem como, do Contrato advindo do certame licitatório.

Cidade, _____ de _____ de 2026

Proponente



ANEXO V – CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 020.2026.SECOP

TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE
DIREITOS PATRIMONIAIS, QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS E _____

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**, por intermédio da Prefeita Constitucional, com sede na Avenida Coronel Juvêncio Carneiro, 253 - Centro - Cajazeiras - PB, CNPJ nº 08.923.971/0001-15, neste ato representada pela Prefeita Maria do Socorro Delfino Pereira, Brasileira, Casada, Professora, residente e domiciliada na Rua João Rodrigues Ferreira, - Santa Cecília - Cajazeiras - PB, CPF nº 022.154.994-35, Carteira de Identidade nº 1.601.444 SSP/PB, e **xxxxxxx**, doravante designado CESSIONÁRIO, neste ato representado(a) por **xxxxxxxxxxxxxx**, CPF nº **xxxxxxxxxx**, conforme atos constitutivos da empresa e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, de agora em diante denominado CEDENTE, deliberam firmar o presente TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE DIREITOS PATRIMONIAIS DA OBRA E DO PROJETO, mediante as seguintes cláusulas e condições, sujeitando-se às normas da Lei nº 9.610/98, bem como ao Concurso nº 90001/2026, considerando que o CONSIDERANDO, finalmente, que o CEDENTE deseja ceder todos os direitos patrimoniais relativos ao PROJETO, AO CESSIONÁRIO, conforme definido no edital de seleção as partes acima indicadas têm entre si justo e acertado firmar o presente instrumento particular de Cessão de Direitos Patrimoniais de Autor, o qual irá se reger de acordo com as seguintes cláusulas e condições que mutuamente aceitam e pelas quais se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente CONTRATO se direciona à cessão dos direitos patrimoniais da obra e do projeto de execução e montagem intitulado MONUMENTO CRISTO REI, selecionado no Concurso nº 90001/2026, para exposição permanente do monumento do "Cristo Rei", a ser instalado no topo do morro do Bairro Cristo Rei, Cajazeiras-PB, conforme condições estabelecidas no referido Edital e no Termo de Compromisso firmado entre as partes.

1.2. Constitui objeto do presente CONTRATO de Cessão o bem móvel abaixo especificado:

Nome(s) completo(s):

Nome(s) artístico(s):

Título da obra:

Materiais:

Dimensões:

Nome do(s) Produtor(es) (caso houver):

Ano de produção:

E-mail:



Telefone:

1.3. Por intermédio do presente instrumento, o CEDENTE, na qualidade de exclusivo titular, declara expressamente que a obra, objeto do presente contrato, é original e os direitos vinculados não são objeto de impedimentos ou proibições e, portanto, promove transferência da obra através da cessão total para o CESSIONÁRIO, de todos os direitos patrimoniais e respectivas faculdades, de forma ilimitada, inerentes ao direito autoral, com todas as suas características diretas e indiretas, somados a estas, os efeitos patrimoniais que possam advir da reprodução, divulgação ou qualquer outra forma de veiculação pública (por qualquer meio) do projeto neste ato adquirido.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA

2.1. A cessão dos direitos de autor pelo CEDENTE ao CESSIONÁRIO será de acordo com artigo 49, da Lei 9.610/98, relativamente à titularidade dos direitos principais e acessórios sobre o objeto do contrato, de maneira irrestrita, podendo o CESSIONÁRIO ceder ou conceder para outrem, fazer qualquer uso conforme sua conveniência, abrangendo, mas não se limitando, a exposição, representação gráfica e analógica, divulgação, produção de mídia e audiovisual, sem nenhum limite, inclusive, para fins publicitários, ou de apropriação dos direitos autorais futuros, assim como em categorias que o legislador possa vir a introduzir no ordenamento brasileiro e/ou estrangeiro.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente Termo tem prazo de vigência por tempo indeterminado, por se tratar de cessão irrestrita do bem, transmissão total e definitiva dos direitos patrimoniais de acordo com as condições definidas para a obra permanente de monumento "Cristo Rei", Cajazeiras-PB.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações e responsabilidades:

4.1. DO CEDENTE:

- a) Ceder e transferir ao CESSIONÁRIO na forma do art. 49, inciso I e II da Lei nº 9.610/98 todos os direitos da obra e o projeto de execução e montagem descritos na Cláusula Terceira deste Termo sem ônus;
- b) Arcar com as despesas necessárias à execução e montagem da obra, de acordo com Projeto aprovado;
- c) O CEDENTE dá ao CESSIONÁRIO a mais ampla, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, no presente ou no futuro, seja a que título ou pretexto for, relativamente a presente CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS DE AUTOR.

4.2. DO CESSIONÁRIO:

- a) Obriga-se a organizar, inventariar e conservar a obra, colocando-a em condições de ser consultada e utilizada em pesquisas, publicações e outras atividades de caráter técnico, científico e cultural promovidas pela instituição e/ou por terceiros, desde que respeitadas as normas técnicas para preservação dos mesmos e dos direitos intelectuais do autor, em acordo com o Art. 24 da Lei nº 9.610/1998.
- b) O CESSIONÁRIO ficará isento de responsabilidade nos casos de roubo, furto, extravio ou quaisquer danos à obra que subtraíam ou inutilizem no todo em parte o PROJETO cedido.
- c) Na hipótese de qualquer dano à Obra, O CESSIONÁRIO obriga-se a consultar O CEDENTE anteriormente ao início de qualquer reparo ou restauração e, se possível, dar oportunidade ao CEDENTE de fazer o reparo ou a restauração requerida.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1. A rescisão do presente Termo ocorrerá de pleno direito, na hipótese de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, mediante notificação por escrito das partes, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

6. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

6.1. Fica eleito a comarca de Cajazeiras-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

E, por estarem as partes justas e acordadas quanto às condições estabelecidas, assinam o presente CONTRATO DE CESSÃO DE USO, na presença de 02 (duas) testemunhas, objetivando um só fim, para que produza seus efeitos legais.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

CESSIONÁRIO

CEDENTE

TESTEMUNHAS:

1-

2-





MINUTA DE CONTRATO

CONCURSO Nº 90001/2026

SELEÇÃO DE OBRA DE ARTE E EXECUÇÃO DO MONUMENTO ESCULTURAL DO "CRISTO REDENTOR" DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
TERMO DE CONTRATO Nº _____/_____
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº020.2026.SECOP

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAJAZEIRAS E _____.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**, por intermédio da Prefeita Constitucional, com sede na Avenida Coronel Juvêncio Carneiro, 253 - Centro - Cajazeiras - PB, CNPJ nº 08.923.971/0001-15, neste ato representada pela Prefeita Maria do Socorro Delfino Pereira, Brasileira, Casada, Professora, residente e domiciliada na Rua João Rodrigues Ferreira, - Santa Cecília - Cajazeiras - PB, CPF nº 022.154.994-35, Carteira de Identidade nº 1.601.444 SSP/PB, e _____, doravante designado CONTRATANTE e, por outro lado a _____ neste ato representado(a) por _____, CPF nº _____, conforme atos constitutivos da empresa e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, doravante designado CONTRATADO resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Concurso nº 90001/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.O objeto do presente instrumento tem por fundamento detalhar os elementos necessários à contratação de pessoa jurídica especializada ou artista na prestação de serviços de concepção de projeto e desenvolvimento e execução do monumento em homenagem ao Cristo Rei de Cajazeiras/PB, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Seleção de monumento artístico inédito (elaboração e execução), sítio específico, para o espaço no topo do morro no Bairro Cristo Rei em homenagem ao Cristo Redentor, que de forma sensível e criativa, transmita a mensagem de proteção divina, esperança, solidariedade e renovação espiritual diante dos desafios históricos e sociais da comunidade.	Unidade	1	R\$ xxxx	R\$ xxxx



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Estudo Técnico Preliminar;
- 1.3.2. O Termo de Referência;
- 1.3.3. O Edital da Licitação;
- 1.3.4. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **(12) doze meses** contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo para conclusão da obra é de **240 (duzentos e quarenta) dias** a contar da assinatura da Ordem de Serviço.

2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.2 Caso seja pertinente para o melhor desenvolvimento dos projetos, a empresa/artista premiada poderá, conforme a Lei 14.133/2021, subcontratar terceiros, respeitando o limite autorizado de até 25 % do valor global do prêmio.

4.3 As atividades de apoio ou complementares à parcela principal, que podem ser subcontratadas são:

- 4.3.1. Transporte e montagem de estruturas;
- 4.3.2. Serviços técnicos de iluminação, som ou audiovisual;
- 4.3.3. Apoio operacional ou logístico;
- 4.3.4. Serviços gráficos, impressão, plotagem e adesivação;
- 4.3.5. Serviço de pintura, instalação de estruturas e manutenção.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o 3º grau de qualquer funcionário do Município de Cajazeiras.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____(_____)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



- 8.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);



9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no item 7 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Das indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cajazeiras no ato da realização do contrato.

13.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.1.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.170 Secretaria Municipal de Cultura

13 392 1006 1018 Construção, Requalificação e/ou Melhoria da Infraestrutura Cultural

4490.51 99 OBRAS E INSTALAÇÕES

4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

15001000 Recursos Livres (Ordinário)

17000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

17060000 Transferência Especial da União

17100000 Transferência Especial dos Estados

13 392 1006 2070 Manutenção da Atividades da Secretaria Municipal de Cultura

3390.39 99 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15001000 Recursos Livres (Ordinário)

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito a comarca de Cajazeiras-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

